

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - CAMPUS SOROCABA  
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS PARA A SUSTENTABILIDADE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO  
AMBIENTAL

EMANUELLE SPIRONELLO

**DIAGNÓSTICO DO USO PÚBLICO PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO NA  
ILHA DO BOM ABRIGO, LITORAL SUL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Sorocaba

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - CAMPUS SOROCABA  
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS PARA A SUSTENTABILIDADE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO  
AMBIENTAL

EMANUELLE SPIRONELLO

**DIAGNÓSTICO DO USO PÚBLICO PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO NA  
ILHA DO BOM ABRIGO, LITORAL SUL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade na Gestão Ambiental da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de Mestre em sustentabilidade na gestão ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Hartung Toppa

Coorientador: Prof. Dr. Marcos Roberto Martines

Sorocaba

2023

Spironello, Emanuelle

Diagnóstico do uso público para o planejamento e gestão na Ilha do Bom Abrigo, Litoral Sul do estado de São Paulo / Emanuelle Spironello -- 2023.  
84f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba  
Orientador (a): Rogério Hartung Toppa  
Banca Examinadora: Kaline de Mello, Ricardo Vicente Ferreira  
Bibliografia

1. Planejamento turístico. 2. Cogestão. 3. Áreas protegidas. I. Spironello, Emanuelle. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano -  
CRB/8 6979

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

EMANUELLE SPIRONELLO

DIAGNÓSTICO DO USO PÚBLICO PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO NA ILHA  
DO BOM ABRIGO, LITORAL SUL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade na Gestão Ambiental, para obtenção do título de Mestre em sustentabilidade na gestão ambiental. Universidade Federal de São Carlos. Sorocaba, 09 de fevereiro de 2023.

### **Orientador**

---

Prof. Dr. Rogério Hartung Toppa  
Universidade Federal de São Carlos

### **Examinador**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Kaline de Mello  
Universidade Federal de São Carlos

### **Examinador**

---

Prof. Dr. Ricardo V. Ferreira  
Universidade Federal do Triângulo Mineiro

## **AGRADECIMENTOS**

*Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade na Gestão Ambiental pelo conhecimento compartilhando e por acreditarem no potencial transformador da educação e da pesquisa aplicada.*

*Em especial, aos professores Rogério Hartung Toppa e Marcos Roberto Martines, que desde a concepção desta pesquisa, proporcionaram reflexões e orientações valiosas.*

*Muito obrigada pela disponibilidade e confiança investida.*

*À equipe e fóruns participativos da APA Marinha do Litoral Sul, em especial à Letícia Quito e ao Grupo de Trabalho Bom Abrigo, por acreditarem no meu potencial e por me ajudarem a desenvolvê-lo!*

## RESUMO

SPIRONELLO, Emanuelle. Diagnóstico do uso público para o planejamento e gestão na Ilha do Bom Abrigo, Litoral Sul do estado de São Paulo. 2023. 84 f. Dissertação (mestrado em Sustentabilidade na Gestão Ambiental) – Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba, 2023.

A Ilha do Bom Abrigo tem como característica relacionada a gestão, a sobreposição de esferas institucionais, tendo um turismo em crescimento, porém, sem ordenamento e regulamentação. Este estudo buscou descrever o perfil dos visitantes e operadores de turismo, a dinâmica do uso público, incluindo a avaliação dos frequentadores sobre limite de uso da faixa de praia e a caracterização da atuação da gestão no território. Para isto, foram aplicados questionários remotos destinados a dois grupos de estudo: (a) visitantes e (b) operadores náuticos. Os dados foram interpretados e submetidos a análise de correspondência múltipla e a descrição da cogestão foi por consulta aos instrumentos de planejamento, ordenamento e as documentações do Grupo de Trabalho Bom Abrigo. O perfil dos visitantes com alto grau de escolaridade, interesses e expectativas relacionadas a paisagem e a natureza, indicaram abertura para à promoção de programas de educação ambiental. Os trabalhadores náuticos são naturais de Cananéia, autônomos e atuam no segmento esporte e recreio. O contexto de unidade de conservação existentes no município favorecem o entendimento do setor sobre a temática, devendo ser alvo de processos educativos que incluam capacitações e a inserção nos espaços de gestão participativa. A dinâmica do uso público consiste em um turismo de localidade, cuja praia e o passeio embarcado são os principais atrativos. A ausência de infraestrutura e a dificuldade de acesso são obstáculos para o turismo, porém, a proibição não diminui as pressões antrópicas, dada a ausência de fiscalização e a descontinuidade da articulação política entre os órgãos responsáveis. Apesar disso, a instituição da praia como área de interesse para o turismo, é uma conquista, cuja definição e implementação dos instrumentos de ordenamento são urgentes e necessários. Na avaliação dos visitantes e operadores, os limites de uso da faixa de praia incluem de 30 a 60 pessoas simultaneamente, sendo de 5 a 10 embarcações concomitantes nas imediações da ilha e o tempo médio de visitação de 3 a 4 horas. Esses dados podem nortear os estudos de capacidade de carga, que futuramente poderá ser revista, após a implantação de infraestrutura de saneamento, pesquisa

e monitoramento dos aspectos físicos e biológicos indicadores de qualidade ambiental. Estudos de longo prazo e conciliados as estratégias de diagnóstico presencial, também poderão contribuir para um melhor delineamento dos perfis e padrões do uso público no território, incluindo a inserção de outros atores-chaves, como pescadores e usuários de embarcações particulares. O sucesso do processo de construção e implantação dos instrumentos de ordenamento condiciona-se a participação e controle social, bem como a definição de competências e atribuições institucional-administrativa para a regulamentação do turismo.

**Palavras-chave:** planejamento turístico, cogestão, áreas protegidas.

## ABSTRACT

Ilha do Bom Abrigo has as a characteristic related to management, the overlapping of institutional spheres, having a growing tourism, however, without planning and regulation. This study sought to describe the profile of visitors and tourism operators, the dynamics of public use, including the evaluation of regulars on the limit of use of the beach strip and the characterization of management performance in the territory. For this, remote questionnaires were applied to two study groups: (a) visitors and (b) nautical operators. The data were interpreted and submitted to multiple correspondence analysis and the description of co-management was based on consultation with the planning and ordering instruments and documentation of the Bom Abrigo Working Group. The profile of visitors with a high level of education, interests and expectations related to landscape and nature, indicated openness to the promotion of environmental education programs. The nautical workers are from Cananéia, self-employed and work in the sports and recreation sector. The context of conservation units existing in the municipality favor the understanding of the sector on the subject and should be the target of educational processes that include training and insertion in spaces of participatory management. The dynamics of public use consists of local tourism, whose beach and boardwalk are the main attractions. The lack of infrastructure and difficult access are obstacles to tourism, however, the prohibition does not reduce anthropic pressures, given the lack of inspection and the discontinuity of political articulation between the responsible bodies. Despite this, the institution of the beach as an area of interest for tourism is an achievement, whose definition and implementation of planning instruments are urgent and necessary. In the evaluation of visitors and operators, the limits of use of the beach strip include 30 to 60 people simultaneously, with 5 to 10 boats concurrently in the vicinity of the island and the average visitation time of 3 to 4 hours. These data can guide carrying capacity studies, which may be revised in the future, after the implementation of sanitation infrastructure, research and monitoring of physical and biological aspects, indicators of environmental quality. Long-term studies, reconciled with face-to-face diagnostic strategies, may also contribute to a better delineation of the profiles and patterns of public use in the territory, including the insertion of other key actors, such as fishermen and users of private vessels. The success of the process of construction and implementation of planning

instruments depends on participation and social control, as well as the definition of competences and institutional-administrative attributions for the regulation of tourism.

**Keywords:** tourism planning, co-management, protected areas.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Localização da Ilha do Bom Abrigo .....	5
<b>Figura 2.</b> Estruturas da Marinha do Brasil .....	6
<b>Figura 3.</b> Praia da Ilha do Bom Abrigo .....	7
<b>Figura 4.</b> Perfil dos visitantes .....	11
<b>Figura 5.</b> Interesse dos visitantes em receber informações e orientações sobre determinadas temáticas .....	12
<b>Figura 6.</b> Correspondência entre a escolaridade e o interesse dos visitantes em receber informações e orientações sobre determinadas temáticas .....	12
<b>Figura 7.</b> Informações recebidas durante a visitaçã.....	14
<b>Figura 8.</b> Percentual de reincidência dos visitantes.....	14
<b>Figura 9.</b> Perfil dos operadores de turismo náutico.....	16
<b>Figura 10.</b> Correspondência entre a escolaridade, local de origem e conhecimento dos operadores de turismo sobre as unidades de conservação.....	17
<b>Figura 11.</b> Quantitativo de viagens realizadas pelos operadores de turismo.....	18
<b>Figura 12.</b> Correspondência entre o porte da embarcação, frequência dos passeios e tamanho dos grupos conduzidos pelos operadores de turismo náutico.....	19
<b>Figura 13.</b> Linha do tempo dos instrumentos de gestão e tratativas da cogestão.....	23

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>2</b>
<b>2. OBJETIVOS</b> .....	<b>4</b>
2.1. Objetivos geral .....	<b>4</b>
2.2. Objetivos específicos .....	<b>4</b>
<b>3. ÁREA DE ESTUDO</b> .....	<b>4</b>
<b>4. MATERIAL E MÉTODOS</b> .....	<b>7</b>
4.1. Procedimentos éticos .....	<b>10</b>
<b>5. RESULTADOS</b> .....	<b>10</b>
5.1. Caracterização do visitante com base nas temáticas de investigação .....	<b>10</b>
5.2. Caracterização do operador de turismo com base nas temáticas de investigação ....	<b>15</b>
5.3. O papel das esferas de gestão e tratativas para a cogestão .....	<b>20</b>
<b>6. DISCUSSÃO</b> .....	<b>24</b>
6.1. Caracterização do visitante com base no perfil demográfico, interesses e conhecimento sobre as unidades de conservação .....	<b>24</b>
6.2. Caracterização dos operadores de turismo com base nas condições de trabalho, perfil demográfico e conhecimento sobre as unidades de conservação .....	<b>25</b>
6.3. Características da visitação .....	<b>27</b>
6.4. Gestão e tratativas para a cogestão .....	<b>30</b>
<b>7. CONCLUSÃO</b> .....	<b>32</b>
<b>8. REFERÊNCIAS</b> .....	<b>33</b>
<b>APÊNDICE – A: Questionário dos visitantes</b> .....	<b>48</b>
<b>APÊNDICE – B: Questionário dos operadores de turismo</b> .....	<b>59</b>
<b>ANEXO – A: Lista das mídias de divulgação dos questionários</b> .....	<b>70</b>

## **APRESENTAÇÃO**

A Ilha do Bom Abrigo insere-se no meu contexto profissional no ano de 2016, quando participei de Programas de Voluntariado no Litoral Sul de São Paulo, buscando experiências que solidificassem meus aprendizados como Bióloga da conservação formada pela Universidade Federal de São Carlos e recém especialista em gerenciamento ambiental pela Universidade de São Paulo.

No ano seguinte fui contratada como monitora ambiental da APA Marinha do Litoral Sul, responsável pela gestão da Ilha do Bom Abrigo. Durante quatro anos me dediquei aos diversos assuntos que envolvem a gestão de uma unidade de conservação de uso sustentável e buscando me capacitar procurei pelo mestrado profissional.

Com o apoio da chefia, diagnostiquei as lacunas de conhecimento que poderiam contribuir para a melhoria dos trabalhos e objetivos da área protegida. O Plano de Manejo recém aprovado instituía a faixa de praia da Ilha do Bom Abrigo como Área de Interesse para o Turismo, e buscando auxiliar a implementação desse instrumento de gestão, redigi o meu projeto de pesquisa.

Cabe salientar que o desenvolvimento da presente pesquisa ocorreu em meio a Pandemia da COVID-19 e sofreu diversos desafios para alcançar os resultados esperados. Aliado a isso, meus caminhos profissionais tomaram rumos que atualmente me permitem desbravar o Litoral Norte paulista e a educação ambiental como ferramenta de gestão.

Meu compromisso com a APAMLS segue através da realização desta pesquisa e participação no grupo de trabalho Bom Abrigo, na qual sempre estarei disposta a colaborar como pesquisadora e cidadã que busca apoiar tratativas que conciliem a conservação ambiental e os setores econômico, cultural e social.

## 1. INTRODUÇÃO

A visitação em áreas naturais assume relevância na geração de emprego e renda, estimulando o empreendedorismo e fortalecendo a cultura local (Coitinho, Miranda & Friede, 2019; Kraus, 2018). As mudanças climáticas e a urbanização, motivam cada vez mais pessoas a visitarem áreas verdes e protegidas, que possibilitam o contato com a natureza e trazem a oportunidade para a sensibilização ambiental (Neves, Souza & Filippim, 2020; Grimm, Alcântara & Sampaio, 2018). Além disso, o isolamento social decorrente da pandemia do COVID-19, tem promovido uma mudança no estilo de vida e na consciência global sobre os valores coletivos (Stankov, Filimonau & Vujičić, 2020), tendendo a dar origem a turistas com predileção por ambientes naturais como espaços impulsionadores do bem-estar humano (Zenker & Kock, 2020).

Nos ambientes insulares o turismo é vinculado a paisagens singulares, rodeadas por atributos naturais que, associados a concepção de isolamento da massa continental, favorece a sensação de refúgio e quebra de rotina, potencializando o interesse pela descoberta (Mulongoy, Webbe, Ferreira & Mittermeier, 2006; Assis, 2003). Apesar disso, boa parte das regiões litorâneas dispõem de pouca infraestrutura e planejamento para o aporte da visitação, pressionando de forma direta e indireta a qualidade de vida das comunidades locais e os ecossistemas naturais (Reis & Sousa, 2019; Sobreira & Vilar, 2018; Lee & Syah, 2018), em especial os insulares, onde os impactos negativos das intervenções humanas são incrementados pela fragilidade e vulnerabilidade inerentes a esses ambientes (Belgamo et al., 2020; Brito, 2010).

O elevado fluxo de visitantes também reduz a atratividade cênica, acarretando problemas para o desenvolvimento e manutenção do próprio turismo como atividade econômica (Boulhosa, Farias & Figueiredo, 2021; Oliveira et al., 2016). Nas áreas frágeis - naturais e culturais, a aglomeração excessiva permeia as discussões sobre o turismo, nas quais a capacidade de carga é compreendida tradicionalmente como uma importante ferramenta para limitar o fluxo de visitantes e mitigar os impactos do uso público (Chueiri, Fortunato & Sauzeau, 2021; Lobo et al., 2020), sendo obtida a partir de metodologias relativamente simples e de baixo custo de aplicação (Rocha et al., 2018; Limberger & Pires, 2014).

Contudo, ainda que estudos reforcem estratégias para a gestão social e ambientalmente responsável do turismo (Nunes & Martins, 2019; Vázquez & Cerdan, 2018), o que se percebe

são mais apelos comerciais do que ações efetivas e amplas que se preocupam com a sustentabilidade da atividade (Silva, Lemos & Gomes, 2021; Kraus, 2018; Vallejo, 2011) de modo que o aumento no aporte de visitantes não provoque mudanças territoriais a tal ponto que o turismo se torne inviável (Chueiri, Fortunato & Sauzeau, 2021).

Para tanto, caracterizar e conhecer o perfil dos visitantes, é um importante requisito na elaboração de instrumentos de planejamento do turismo, revelando pontos a serem melhorados no desenvolvimento das atividades, demonstrando quais fatores podem eventualmente impedi-las e apoiando os estudos de capacidade de carga (Mendoza & Lucas, 2020; Curral & Rodríguez, 2015), que podem se desdobrar em diferentes perspectivas, dentre elas a capacidade de carga social, que possui como princípio a relação de dependência entre o nível de saturação de determinado espaço com a qualidade da experiência vivenciada pelos visitantes (Machado & Lobo, 2019; Pires, 2005; Coccossis & Mexa, 2004).

A Ilha do Bom Abrigo, localizada no município de Cananéia, Litoral Sul do estado de São Paulo, está inserida no limite de duas Áreas de Proteção Ambiental (APA), a APA Marinha do Litoral Sul e a APA Cananéia-Iguape-Peruíbe (APACIP), resguardando atributos naturais, históricos e culturais que criam potencialidades de exploração do turismo. As APAs são áreas extensas que tem o objetivo de proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL 2000).

Apesar disso, a presença de instalações militares no território inviabiliza a regulamentação do uso público, resultando em atividades turísticas sem ordenamento e que ganham cada vez mais visibilidade, culminando no aumento do descarte de resíduos sólidos, agravamento dos processos erosivos, pesca ilegal e contaminação dos cursos de água (Bioaustral, 2015).

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as APAs são áreas extensas, dotadas de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivo proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (Brasil, 2000).

Em 2020, a faixa da praia da Ilha do Bom Abrigo foi incluída como Área de Interesse para o Turismo (AIT) pelo plano de manejo da APAMLS, prevendo o turismo de sol e praia controlado por meio do estabelecimento de limite aceitável de uso (São Paulo, 2021a).

O uso público em áreas protegidas pode ser compreendido como atividades de recreação, turismo e de interpretação ambiental, que proporcionem ao visitante o privilégio de conhecer, valorizar e entender a importância dos bens naturais e culturais (Omena, Bernardo & Hanazaki, 2021). Na perspectiva de melhorar as atividades turísticas, aliada a conservação dos bens naturais, o presente estudo tem a sua relevância para o planejamento do ordenamento turístico da Ilha do Bom Abrigo, de modo a instrumentalizar e auxiliar nas decisões políticas do território.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1. Objetivos geral**

Descrever o perfil dos visitantes e operadores de turismo náutico, bem como a dinâmica do uso público na Ilha do Bom Abrigo, incluindo a avaliação dos frequentadores sobre o limite de uso da faixa de praia e a caracterização do papel das esferas de gestão junto ao local.

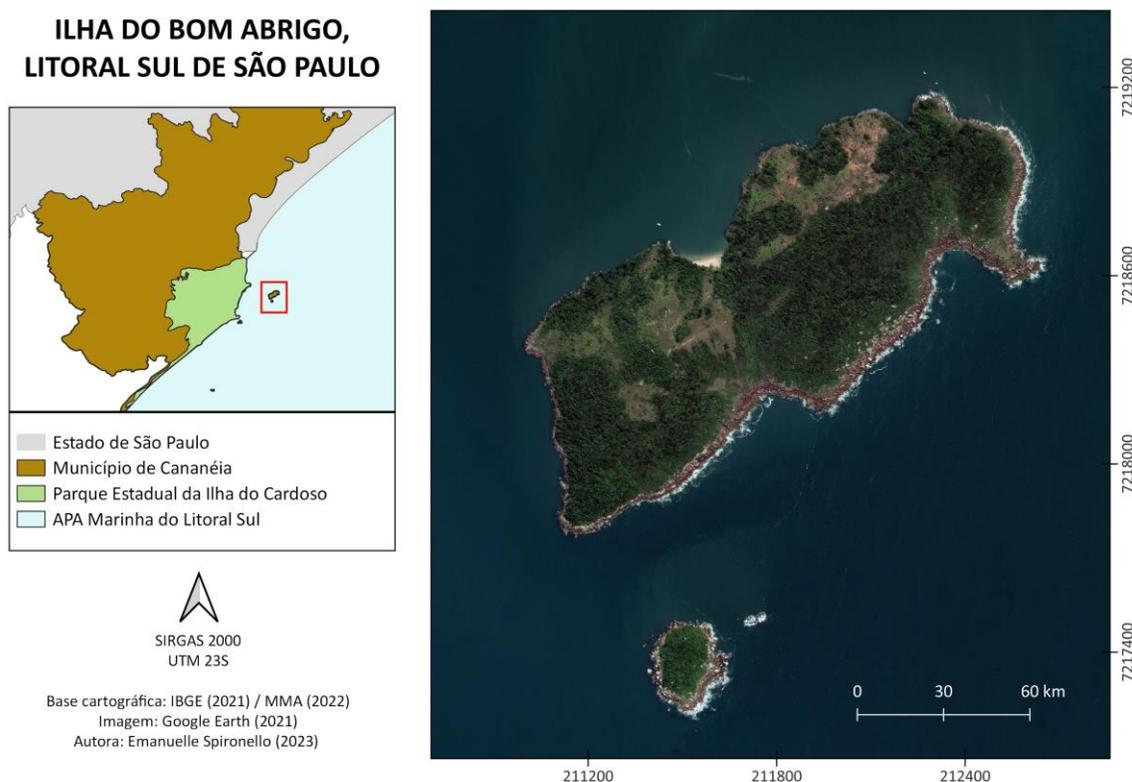
### **2.2. Objetivos específicos**

- Descrever o perfil dos visitantes e dos operadores de turismo que atuam no território;
- Descrever a dinâmica do uso público na Ilha do Bom Abrigo, incluindo a avaliação dos frequentadores sobre o limite de uso ideal da faixa de praia;
- Caracterizar a atuação das esferas de gestão na temática do uso público.

## **3. ÁREA DE ESTUDO**

A Ilha do Bom Abrigo está localizada acerca de 2,5 km da costa do município de Cananéia, no estado de São Paulo e integra a APACIP, gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, e a APAMLS, com gestão da Fundação Florestal, vinculada à Secretaria do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Governo do Estado de São Paulo (Figura 1).

**Figura 1.** Localização da Ilha do Bom Abrigo, município de Cananéia, estado de São Paulo.



O território possui 154 ha sendo composto majoritariamente por rochas e coberto parcialmente por vegetação de Mata Atlântica (Bioaustral, 2015). Apesar dos poucos estudos sobre a biodiversidade local, foram registradas concentração de Fragatas (*Fregata magnificens*) e exemplares da Baleia-de-Bryde (*Balaenoptera edeni*) (Barbieri, Roselli & Quito, 2019; São Paulo, 2021b). Também foi área de reprodução de atobás (*Sula leucogaster*), que no início da década de 1990 foram dizimados do território pela introdução de gatos domésticos (Olmos, Martuscelli, Silva & Neves, 1995).

Além dos aspectos biológicos, a ilha é tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) por possuir importância histórico-cultural (São Paulo, 1985), com registros de ocupação datados em meados de 1532 e ruínas de uma armação baleeira, instalada para a produção de combustível utilizado na iluminação da Vila de Cananéia, o primeiro povoado brasileiro (Bioaustral, 2015; Guimarães, 2009).

No final do século XIX foi realizada a construção de um farol, localizado a 140 m de altitude (Bioaustral, 2015), com o objetivo de guiar a navegação costeira da então Província de São Paulo pela Marinha Imperial Brasileira. Em 1956, a torre ganhou nova estrutura, além de residências para os funcionários responsáveis pela operação, que habitaram o local até 1968, quando o farol foi automatizado. Após esse período, algumas famílias continuaram residindo nas casas com autorização da Marinha do Brasil (Guimarães, 2009), que, em 1980, obteve da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) a cessão do território (São Paulo, 2009).

Atualmente as residências estão desativadas e a Marinha mantém apenas uma pequena edificação de apoio na faixa de praia, fazendo serviços periódicos de manutenção do farol (Figura 2). Em decorrência das instalações, é estabelecido o isolamento de 200 m, como área de segurança, sendo proibido o tráfego e o fundeio de embarcações, excetuados casos de salvaguarda de navegação e da vida humana (Brasil, 2022).

**Figura 2.** (a) Ruínas das residências militares, (b) estrutura de apoio da Marinha do Brasil e (c) farol da Ilha do Bom Abrigo, município de Cananéia, estado de São Paulo.



**Fonte:** Acervo de fotos APA Marinha do Litoral Sul, Fundação Florestal (2010).

O Bom Abrigo nunca deixou de ser utilizado como apoio náutico e nos anos de 1970 passou a receber turistas (Bioaustral, 2015). O estudo desenvolvido pelo Instituto de Biodiversidade Austral, identificou o aporte mensal de mais de 30 viagens turísticas no período do verão, sendo a praia, com aproximadamente 200 m de extensão (Figura 3), destacada como o principal atrativo de entretenimento (Bioaustral, 2015).

**Figura 3.** Praia da Ilha do Bom Abrigo, município de Cananéia, estado de São Paulo.



**Fonte:** Acervo de fotos APA Marinha do Litoral Sul, Fundação Florestal, 2019.

Desde 2017, existem tratativas entre a Marinha do Brasil, APACIP, APAMLS e Prefeitura Municipal de Cananéia para a conjugação de esforços para a regulamentação e ordenamento do turismo (São Paulo, 2021b). Para apoiar as discussões de forma participativa, foi criado o Grupo de Trabalho (GT) Bom Abrigo do Conselho Consultivo da APAMLS.

#### **4. MATERIAL E MÉTODOS**

Para descrever o perfil dos visitantes e operadores de turismo que atuam na Ilha do Bom Abrigo e compreender a dinâmica do uso público, foram selecionados dois grupos de estudo: (a) visitantes e (b) operadores de turismo. Para cada grupo foi destinado um questionário com perguntas abertas e fechadas, elaboradas com a colaboração dos integrantes do GT Bom Abrigo.

O questionário destinado aos visitantes foi estruturado nas seguintes temáticas:

- Perfil demográfico e de interesses: Identificou a idade, o nível educacional, a cidade de origem, a motivação da viagem e o interesse em obter informações sobre o território;
- Conhecimento sobre o território e as unidades de conservação (UCs): Identificou o grau de conhecimento sobre a Ilha do Bom Abrigo e UCs sobrepostas;

- Características da viagem: Identificou informações relacionadas ao deslocamento até a Ilha do Bom Abrigo, tais como o tipo de embarcação utilizada, o ponto de partida, o valor cobrado pelo passeio, o número de pessoas que acompanharam a visita e o grau de segurança para o traslado;
- Características da visita: Identificou as atividades realizadas na Ilha do Bom Abrigo, incluindo o tempo da visitação, estruturas utilizadas, atividades desenvolvidas e informações foram prestadas pelos condutores durante o passeio;
- Qualidade da visita: Buscou identificar os pontos positivos e negativos da visitação;
- Conservação e gestão: Identificou a opinião sobre os fatores relacionados a conservação da biodiversidade, aos instrumentos de gestão do uso público e avaliação sobre o limite de uso ideal da faixa de praia.

O questionário elaborado para os operadores de turismo, considerou os seguintes temas:

- Perfil demográfico: Identificou a idade, o nível educacional e a cidade de origem;
- Conhecimento sobre o território e as UCs: Identificou o grau de conhecimento sobre a Ilha do Bom Abrigo e UCs sobrepostas;
- Condições e características do trabalho: Identificou o número de embarcações operadas, trabalhadores que detém a própria embarcação, atividades exercidas com a embarcação, os principais pontos de venda dos passeios, os locais que costumam atracar na Ilha do Bom Abrigo e a média de viagens realizadas por dia;
- Características da viagem: Identificou informações relacionadas ao deslocamento até a Ilha do Bom Abrigo, tais como o tipo e o porte de embarcação utilizada, o ponto de partida, o valor cobrado pelo passeio, o número de pessoas que acompanharam a visita e serviços ofertados;
- Características da visita: Identificou as atividades realizadas na Ilha do Bom Abrigo, incluindo o tempo da visitação, as atividades desenvolvidas durante o passeio e informações prestadas aos visitantes;
- Qualidade da visita: Buscou identificar os pontos positivos e negativos do território;

- Conservação e gestão: Identificou a opinião sobre os fatores relacionados a conservação da biodiversidade, aos instrumentos de gestão do uso público e a avaliação sobre o limite de uso ideal da faixa de praia.

Os questionários foram aplicados de forma anônima e remota, no período de setembro de 2021 a março de 2022. Para os visitantes, a disponibilização do formulário foi através das redes sociais em páginas relacionadas ao território e ao turismo na região. Devido a amplitude do público presente nestas mídias, o instrumento de pesquisa foi condicionado a aceitar apenas respostas daqueles que já haviam visitado a área de estudo. Para os operadores de turismo, o questionário foi disponibilizado por aplicativo de mensagem com mapeamento em *websites*, redes sociais e banco de dados das embarcações cadastradas no Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC), sendo dada a possibilidade de encontro presencial para aqueles que alegaram dificuldade com as ferramentas remotas.

As respostas dos questionários foram tabuladas, organizadas e analisadas por estatística descritiva básica (Gotelli & Ellison, 2011). Para explorar as relações existentes entre os dados coletados, foi realizada a Análise de Correspondência Múltipla (ACM) (Landis & Koch, 1977).

A ACM consiste em uma técnica utilizada para descrever matrizes com grande volume de dados e que a princípio não apresentam uma estrutura claramente definida. Os resultados são expressos graficamente, permitindo uma redução na dimensão dos dados e a visualização das relações mais importantes do conjunto de variáveis qualitativas. Essas relações são indicadas através da distância entre os pontos desenhados, que quanto mais próximos estiverem, maiores são as chances de serem similares ou associados (Carvalho & Struchine, 1992).

Para avaliar a confiabilidade e consistência interna dos resultados da ACM, foram considerados aceitáveis, aqueles cuja média do coeficiente alfa de Cronbach foi entre 0,61 e 0,90 (Streiner, 2003; Malhotra, 2008; Landis & Koch, 1977). As variáveis que não atenderam ao critério estatístico de seleção, mas que possuíam relevância e justificativa teórica para o entendimento do uso público na Ilha do Bom Abrigo, também foram incluídas na análise.

Para descrever o papel das esferas de gestão, foi realizado o levantamento bibliográfico dos instrumentos de planejamento e ordenamento incidentes no território, como planos de manejo, planos diretores e normativas, no âmbito de cada instituição, sendo elas: Marinha do

Brasil, APACIP, APAMLS e Prefeitura de Cananéia. Para compreender como o processo de cogestão tem ocorrido, foi realizada a consulta direta a toda documentação eletrônica de livre acesso, relacionada às atividades do GT Bom Abrigo no período de 2017 a 2022, incluindo atas e memórias de reuniões.

#### **4.1.Procedimentos éticos**

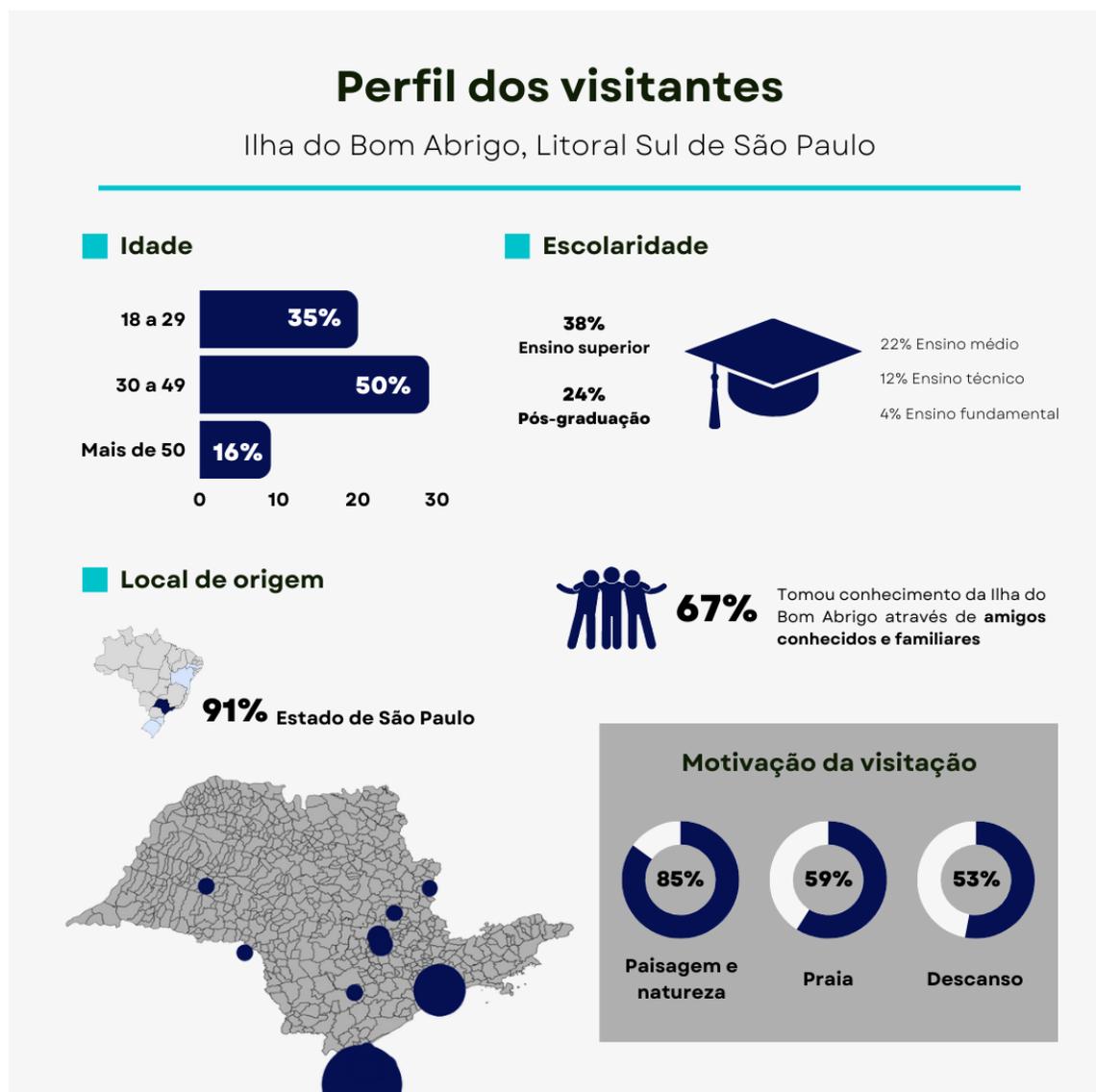
Este estudo foi aprovado pelo parecer nº 4.926.125 do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, e pelo parecer SISBIO nº 78898-1 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que regulamenta pesquisas realizadas em UCs federais. No âmbito das UCs estaduais, o Instituto de Pesquisas Ambientais – IPA, autorizou a realização desta pesquisa pelo Processo Digital IF nº 005725/2021-93.

## **5. RESULTADOS**

### **5.1. Caracterização do visitante com base nas temáticas de investigação**

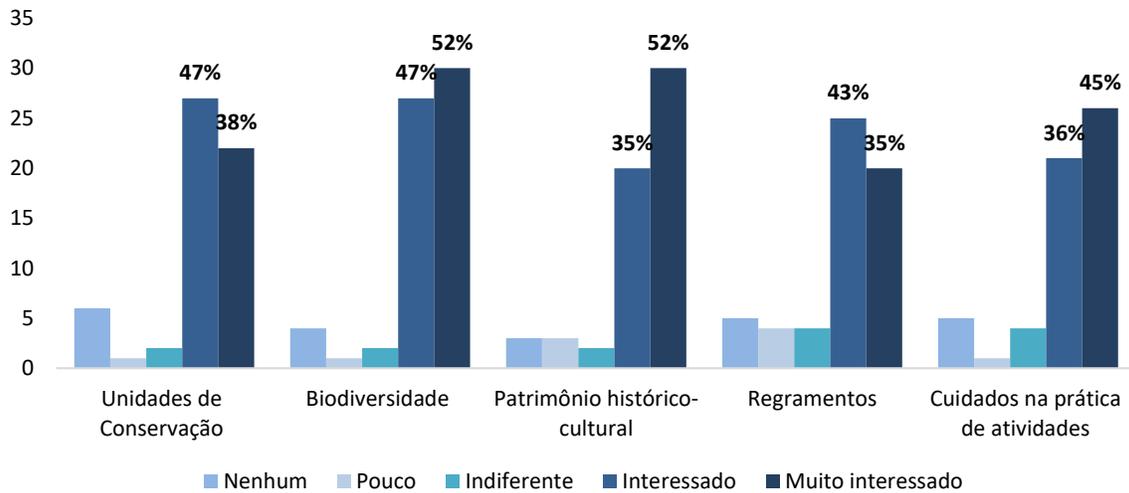
Dentre os 58 visitantes entrevistados, metade possui entre 30 e 49 anos, sendo que 37,9% têm até o ensino superior e 24,2% possuem pós-graduação. A maioria reside no estado de São Paulo (91,4%), com destaque para as cidades de Cananéia (39,1%), São Paulo (17,2%) e Pariqueira-Açú (6,9%). Mais da metade tomou conhecimento sobre a Ilha do Bom Abrigo através de amigos, conhecidos ou familiares (67,2%) e 19% alegou conhecer o território por ser morador do município de Cananéia. A paisagem natural, a praia e a oportunidade de descanso foram as principais motivações da visitação (Figura 4).

**Figura 4.** Perfil dos visitantes da Ilha do Bom Abrigo ( $n=58$ ).

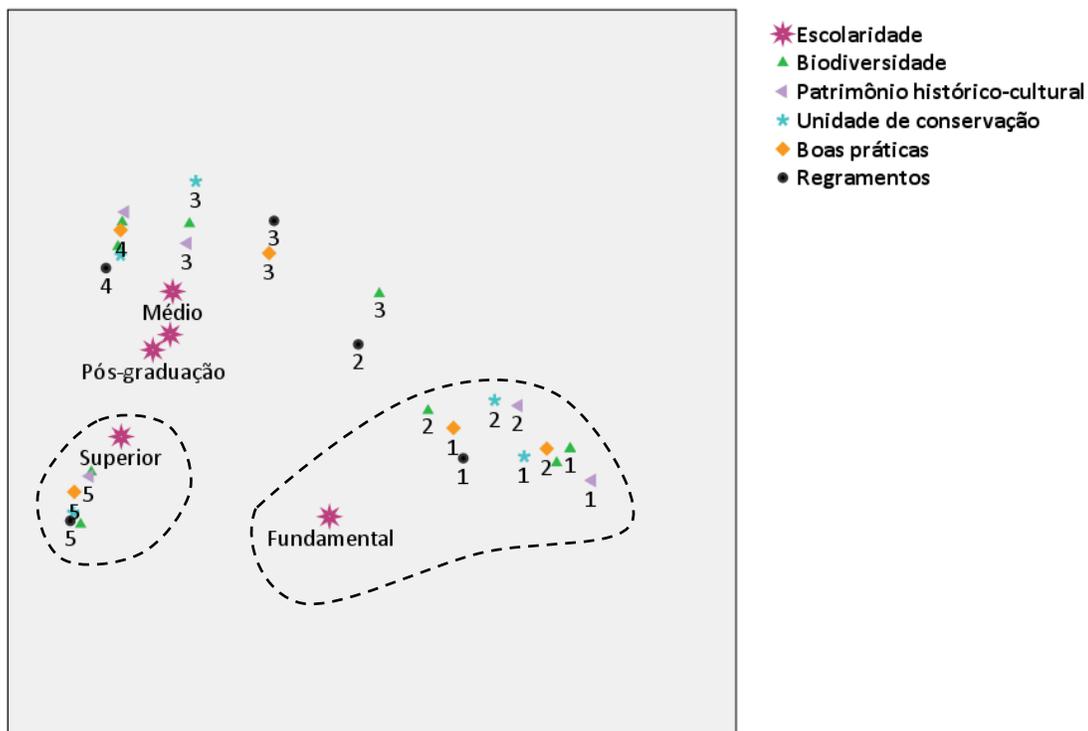


A maioria dos entrevistados indicou possuir interesse ou muito interesse em receber informações e orientações sobre os temas relacionados a biodiversidade, patrimônio histórico-cultural, UCs, regimentos e cuidados na prática de atividades na Ilha do Bom Abrigo (Figura 5), sendo este comportamento foi substancialmente correspondente ao nível de escolaridade, onde grupos com maior instrução escolar se associaram a um elevado grau de interesse em receber estes conteúdos (Figura 6).

**Figura 5.** Escala de interesse dos visitantes em receber informações e orientações sobre determinadas temáticas, sendo: (1) nenhum interesse, (2) pouco interesse, (3) interesse intermediário, (4) muito interesse e (5) extremamente interessado.



**Figura 6.** Correspondência entre o nível de escolaridade e a escala de interesse dos visitantes em receber informações e orientações sobre determinadas temáticas, sendo: (1) nenhum interesse, (2) pouco interesse, (3) interesse intermediário, (4) muito interesse e (5) extremamente interessado. Média de Alfa de Cronbach de 0,90 (n=58).



Apesar disso, 55,2% dos entrevistados não tinham conhecimento de que visitaram uma UC, enquanto 44,8% tinham esse conhecimento e sabiam que a Ilha do Bom Abrigo está inserida no território da APAMLS e APACIP (65,4%).

Para o deslocamento até a ilha, mais da metade dos visitantes contrataram embarcações comerciais (65,5%), mas deste percentual, 10,3% também relatou já ter feito uso de embarcações particulares. Os principais tipos de embarcações empregadas foram as voadeiras ou lanchas rápidas (74%), seguida das embarcações de pesca (29,3%) e motoaquáticas (13,8%).

O valor pago pelo passeio foi entorno de R\$100,00 a R\$200,00 por pessoa (31%), sendo a Avenida Beira Mar, localizada na área central do município de Cananéia, o principal ponto de partida (84,5%). Durante o traslado, a maioria dos visitantes afirmaram sentir-se seguros (31%) e muito seguros (41,4%). Além de avistarem exemplares da fauna silvestre (60,3%), incluindo principalmente aves (57,1%) e tartarugas marinhas (45,7%).

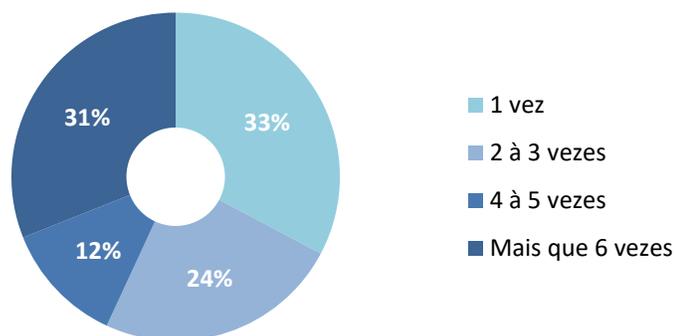
Para a realização do passeio, a maioria dos entrevistados costumam estar acompanhados de três a quatro pessoas (43,1%) e os atrativos mais visitados incluíram a praia (96,6%), o entorno da ilha (63,8%) e o farol (60,3%). Entre os que contrataram embarcações comerciais para a visita, foi relatado o recebimento de um aporte variado de informações e orientações dos condutores, com ênfase nas condições climáticas e de navegação (78,9%) e na segurança de navegação (68,4%) (Figura 7).

**Figura 7.** Informações que os entrevistados receberam durante a visita na Ilha do Bom Abrigo.



O tempo de permanência no território foi superior a 4 horas (37,9%) e as atividades realizadas incluíram principalmente a recreação de praia (69%), a caminhada (60,3%) e o passeio embarcado (55,2%). A maioria dos entrevistados (86,2%) já estiveram na ilha em mais de uma ocasião (Figura 8) e indicariam o passeio para outras pessoas (83,7%).

**Figura 8.** Percentual relativo ao número de vezes em que o entrevistado visitou a Ilha do Bom Abrigo.



A correspondência entre as variáveis que investigaram a contratação de embarcações comerciais, a frequência e o tempo da visita dos turistas, apresentou baixa confiabilidade (Média de Alfa de Cronbach de 0,48).

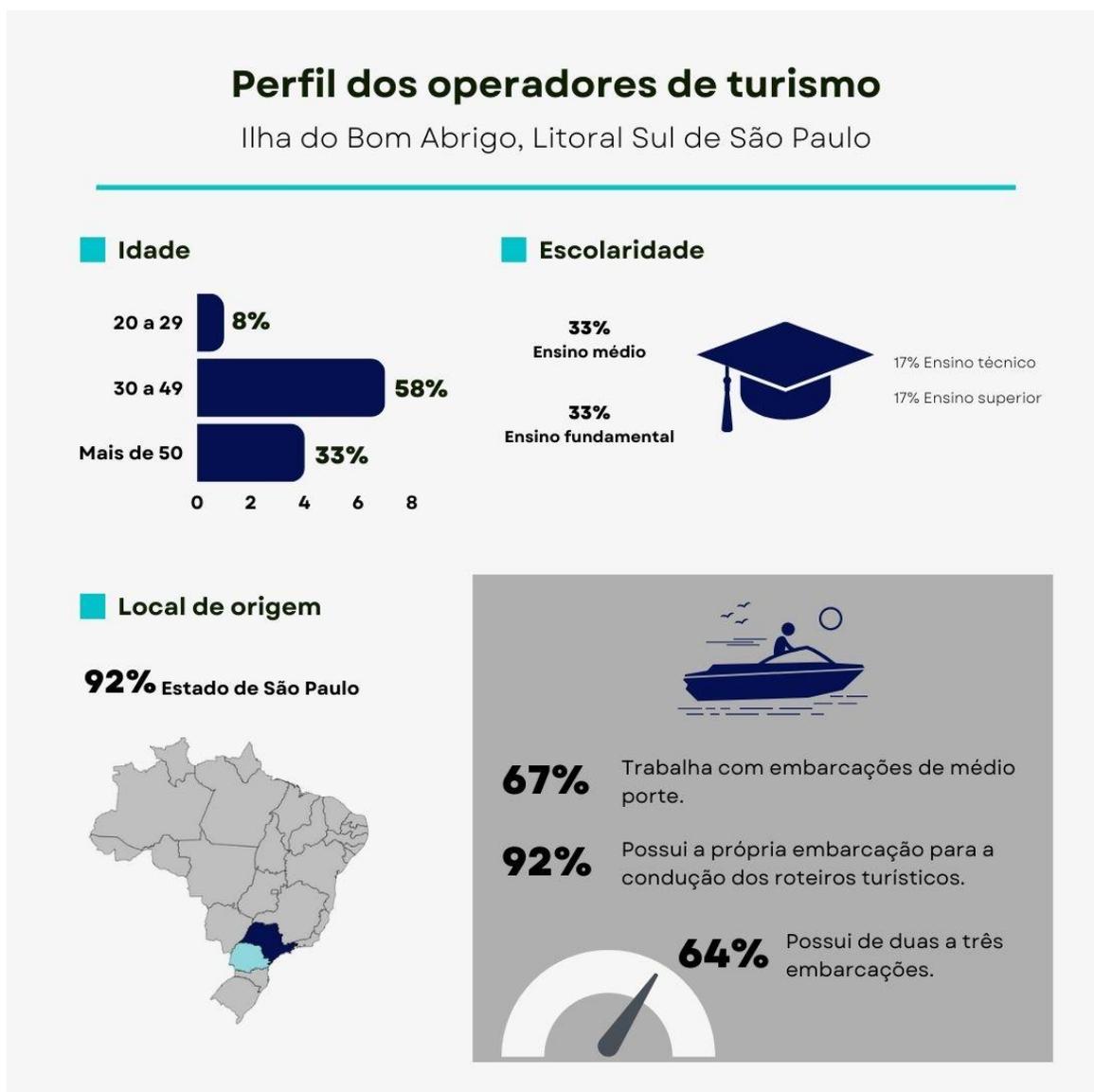
A beleza cênica (91,4%) e a sensação de tranquilidade proporcionada pela insularidade (84,5%) foram indicadas como principais pontos positivos do passeio na Ilha do Bom Abrigo. Por outro lado, a ausência de sanitários constituiu o principal ponto negativo (50%), seguida da dificuldade de acesso (48,3%) e da ausência de estruturas para alimentação (25,9%). Quando questionados sobre a presença de resíduos sólidos no território, a maior parte relatou como ausente (32,8%) ou pouco presente (29,3%).

Sobre os aspectos relacionados a gestão do uso público, um percentual expressivo concordou com a necessidade de regulamentar e fiscalizar a visitação na ilha (75,9%), além de ser estabelecido um limite no número de visitantes (72,4%). Na avaliação da maioria dos entrevistados, o volume ideal de pessoas simultaneamente na faixa de areia é entre 30 e 60 (36,2%), sendo adequado o período de permanência de 7 a 9 horas (37,9%).

## **5.2. Caracterização do operador de turismo com base nas temáticas de investigação**

Dos 12 operadores de turismo entrevistados, predominam aqueles com faixa etária de 36 a 45 anos (33,3%), sendo que 33,3% possuem ensino médio completo e são naturais do município de Cananéia (75%). A maioria detém a própria embarcação para a condução dos passeios turísticos (91,7%), possuindo de dois a três barcos (63,6%), sendo principalmente de médio porte (66,7%) (Figura 9).

**Figura 9.** Perfil dos operadores de turismo náutico da Ilha do Bom Abrigo ( $n=12$ ).



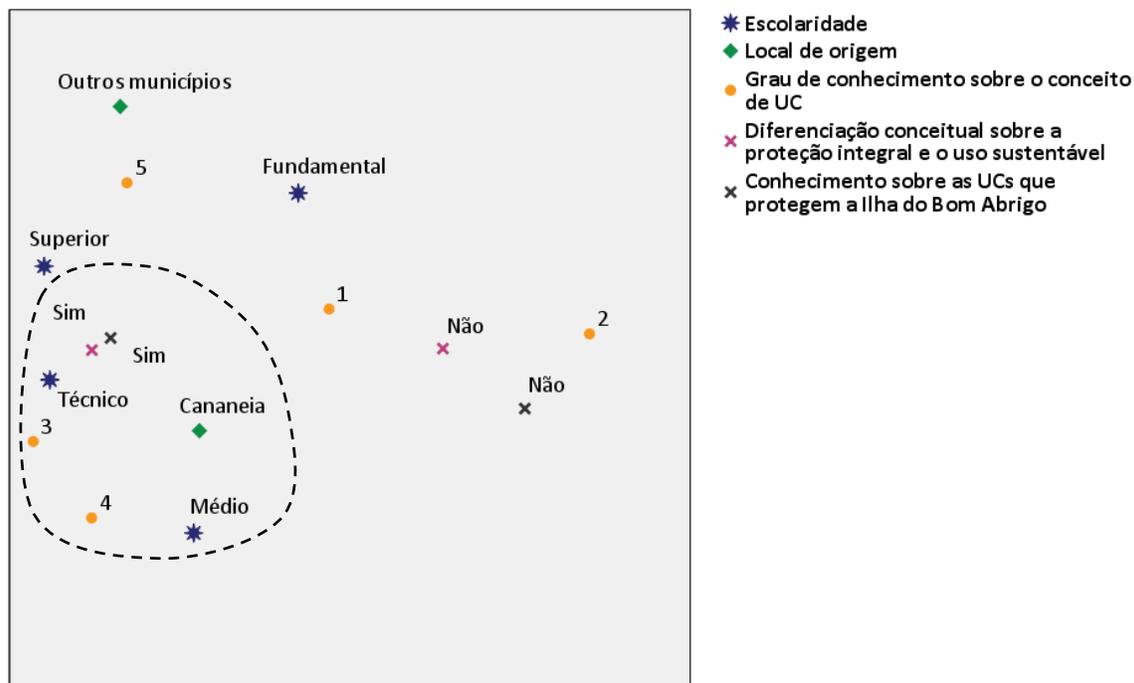
O turismo náutico é a principal atividade ofertada pelos entrevistados (100%) e a Avenida Beira Mar, localizada no centro de Cananéia, constitui o ponto de venda predominante (75%) dos roteiros turísticos, com destaque para os atrativos do PEIC (83,3%) e da Ilha do Bom Abrigo (66,7%). Na avaliação de todos os entrevistados, a paisagem e a natureza são as motivações que levam os visitantes para o Bom Abrigo, seguida da praia (75%) e do descanso (58,3%).

Metade dos operadores também afirmaram executar atividades como guias de pesca amadora (50%), porém, no entorno da ilha, apenas uma pequena parcela (16,7%) alegou ofertar o serviço.

Quando questionados sobre o conceito de UCs, 33,3% alegaram ter muito conhecimento e conhecimento pleno (33,3%), sabendo a diferença entre as categorias de uso sustentável e proteção integral (75%). Além disso, os operadores sabiam que a Ilha do Bom Abrigo está no território de duas áreas protegidas (83,3%) e deste percentual, metade sabia que se tratava da APAMLS e da APACIP (50%).

Na ACM, o aumento no nível de escolaridade e o local de origem do operador foi associado a afirmação positiva para a diferenciação das categorias de áreas protegidas, bem como ao aumento no grau de conhecimento sobre o conceito de UC e proteção da ilha pela APAMLS e APACIP (Figura 10).

**Figura 10.** Correspondência entre o nível de escolaridade, local de origem, diferenciação entre as categorias de UCs, áreas que protegem a Ilha do Bom Abrigo e a escala de conhecimento dos operadores de turismo sobre o conceito de UC, sendo: (1) nenhum conhecimento, (2) pouco conhecimento, (3) conhecimento intermediário, (4) muito conhecimento e (5) conhecimento pleno. Média de Alfa de Cronbach de 0,74 ( $n=12$ ).



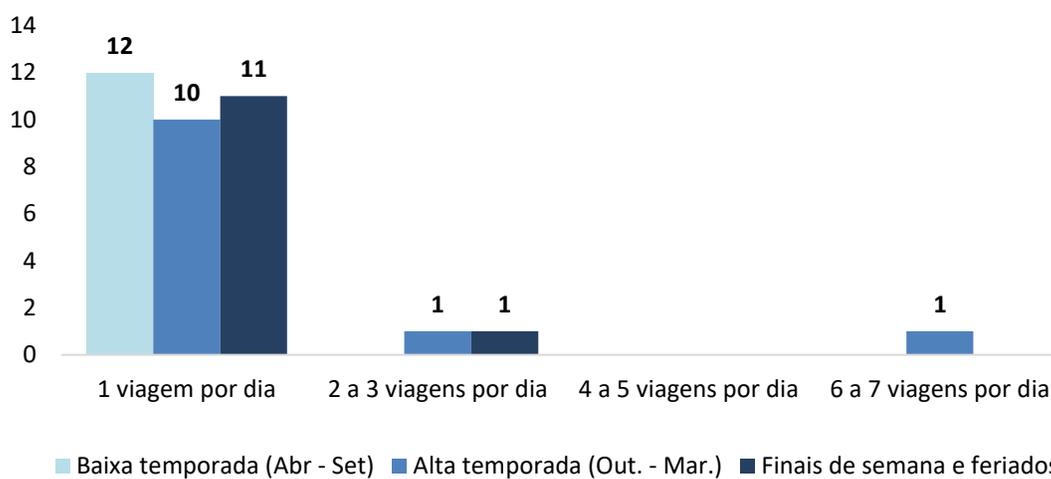
Na pergunta aberta na qual os entrevistados puderam discorrer sobre o conceito de UC, foi demonstrado clareza sobre os objetivos de cada categoria, incluindo aspectos do grau de flexibilidade e restrição dos usos diretos e indiretos dos bens naturais:

“As unidades de proteção integral têm como objetivo básico preservar a natureza, livrando-a o máximo possível, da interferência humana. Nessas áreas, somente são possíveis o uso indireto dos recursos naturais, isto é, os que não envolvem consumo, coleta, danos ou destruição. Há exceção nos casos previstos na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)... salvo engano! Uso Sustentável, refere-se basicamente, extrair tudo da natureza sem alterá-la, preservando-a para as gerações futuras.” (Anônimo 1).

“As unidades de conservação de proteção integral têm como objetivo uma preservação mais rigorosa, onde não é permitido diversas atividades, como pesca, desembarque e visitação descontrolada. Já as de uso sustentável permitem algumas atividades com monitoramento.” (Anônimo 2).

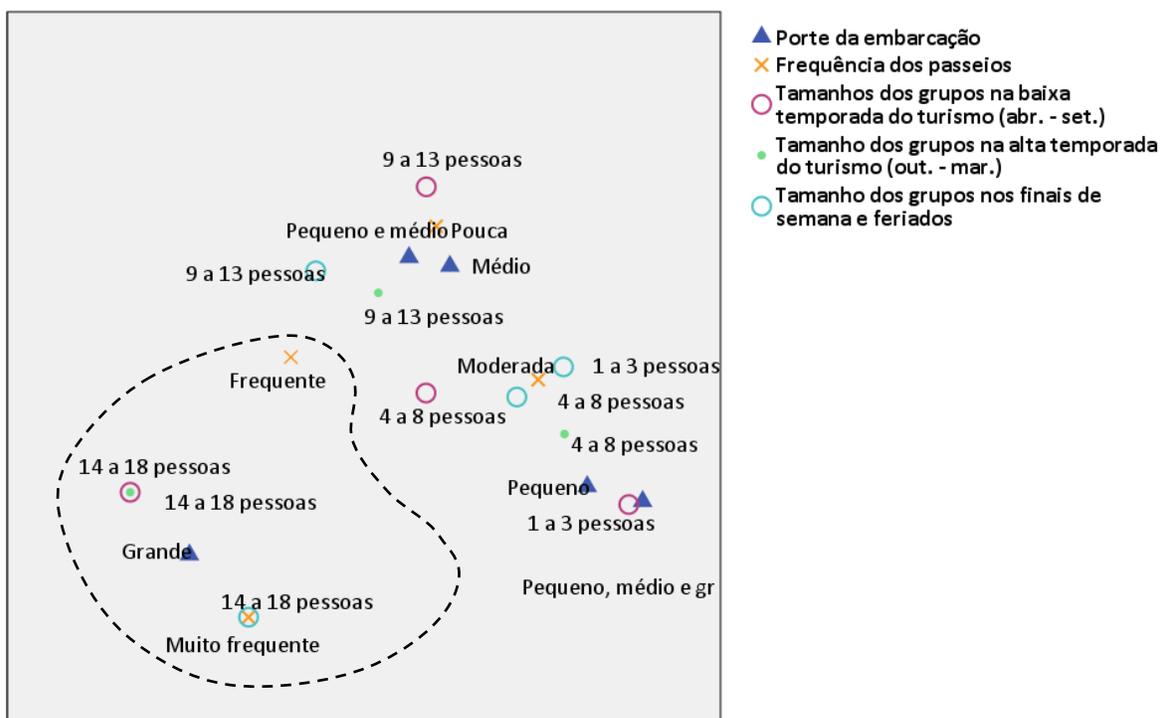
Apesar disso, 58,3% dos operadores alegaram não oferecer o acompanhamento de monitores ambientais ou guias de turismo, mas todos relataram permanecer com o grupo durante o desenvolvimento das atividades turísticas, realizando única viagem por dia durante os finais de semana, feriados e períodos de baixa e alta temporada do turismo (Figura 11).

**Figura 11.** Viagens realizadas por dia à Ilha do Bom Abrigo pelos operadores de turismo durante os finais de semana, feriados e períodos de baixa e alta temporada do turismo ( $n=12$ ).



Na ACM foi possível observar que os operadores náuticos que trabalham com embarcações de maior porte, realizam passeios com mais frequência para o Bom Abrigo e conduzem grupos maiores, sem variação significativa nos finais de semana, feriados e períodos da alta e baixa temporada do turismo (Figura 12).

**Figura 12.** Correspondência entre o porte da embarcação, frequência dos passeios operacionalizados pelos entrevistados e tamanho dos grupos conduzidos nos finais de semana, feriados e períodos da alta e baixa temporada do turismo. Média de Alfa de Cronbach de 0,85 ( $n=12$ ).



O valor cobrado para o deslocamento até a ilha é entorno de R\$100,00 a R\$200,00 por pessoa (83,3%) e durante o traslado, mais da metade dos entrevistados (83,3%) alegaram ter avistado algum exemplar da fauna silvestre, incluindo principalmente aves (50%) e tartarugas marinhas (30%). Ao chegar no território, os operadores náuticos atracam na praia (91,7%) e próximo à armação baleeira (16,7%), que constituem áreas abrigadas.

Na perspectiva dos entrevistados, os atrativos mais visitados pelos turistas incluem a praia (91,7%), o passeio embarcado (41,7%) e a trilha do farol (41,7%). Sobre as informações e orientações abordadas durante o passeio, os operadores alegam comunicar em maior frequência aspectos da segurança de navegação (75%) e das condições climáticas e de navegação (66,7%), além disso, um percentual expressivo também incluem conteúdo para a

conservação do território, como condicionamento do lixo produzido (66,7%), UCs (66,7%) e proibição da retirada de conchas, sementes e plantas (66,7%).

Os passeios comerciais possuem duração média de 3 a 4 horas (75%) e a beleza cênica foi indicada por todos os operadores pesquisados (100%), como o principal ponto positivo da Ilha do Bom Abrigo, seguida pela sensação de tranquilidade proporcionada pela insularidade (75%). Em contrapartida, assim como os visitantes, a dificuldade de acesso (58,3%) e a ausência de sanitários (58,3%) foram mencionados como os principais pontos negativos do território. Além disso, o excesso de lixo foi destacado por metade dos entrevistados, que avaliaram a condição como mediana (50%). Todos destacaram que costumam retornar com os resíduos produzidos para o centro de Cananéia, onde destinam para a coleta municipal. Apenas 25% separam os materiais recicláveis e encaminham para Cooperativa de Trabalho de Catadores de Materiais Recicláveis de Cananéia (COOPERCANIS).

Sobre a gestão do turismo mais da metade dos operadores (67,3%) concordaram com a necessidade de serem tomadas medidas para a fiscalização e regulamentação da atividade no território, bem como o estabelecimento de controle e limite de visitantes (75%). Para este grupo de estudo, o volume ideal de pessoas simultaneamente na faixa de areia é entre 30 e 60 (50%), sendo o período de permanência de 4 a 6 horas (58,3%), incluindo a presença de 5 a 10 embarcações codominantes nas imediações da ilha (41,7%).

### **5.3.O papel das esferas de gestão e tratativas para a cogestão**

No ano de 1984, a criação da APACIP definiu a Ilha do Bom Abrigo como Zona de Vida Silvestre, sendo destinada, prioritariamente, à salvaguarda da biota e proibindo atividades degradadoras ou potencialmente causadoras de degradação ambiental. A referida legislação também estabeleceu como prioritário para a implantação e funcionamento da UC, a adoção de instrumentos legais e incentivos financeiros governamentais que assegurassem a proteção da zona, o uso racional do solo e a aplicação de medidas para a salvaguarda dos bens ambientais (Brasil, 1984).

No âmbito estadual, a criação da APAMLS, reforçou a importância da proteção ambiental da ilha, incluindo-a como Área de Manejo Especial (AME), com o objetivo de resguardar a biodiversidade, combater as atividades predatórias, controlar a poluição e a

sustentação da produtividade pesqueira (São Paulo, 2008). Ainda nesta perspectiva, o Plano Diretor do município de Cananéia, indicou o território como Zona Especial de Interesse Ambiental e Zona Especial de Interesse Histórico, assegurando objetivos e diretrizes para a promoção da sustentabilidade local (Cananeia, 2012).

Apenas em 2016, a cogestão passou a ser pautada para a Ilha do Bom Abrigo, junto a publicação do plano de manejo da APACIP, que a definiu como Zona de Sobreposição, prevendo a governança participativa entre os órgãos gestores (Brasil, 2016).

No ano de 2017, a equipe da APAMLS iniciou as tratativas com a Marinha do Brasil frente a identificação da necessidade de ordenar o uso público no território. Na época a Marinha indicou a formalização do convênio de contrapartida com a prefeitura de Cananéia para somar esforços nas ações de fiscalização náutica e viabilizar o ordenamento do turismo conjuntamente com os órgãos ambientais. Diante da orientação, a UC convocou os demais órgãos gestores para dialogarem<sup>1</sup> e pautou os encaminhamentos junto ao conselho gestor, resultando na criação do GT Bom Abrigo, que reuniu representantes das instituições públicas, membros do fórum consultivo e demais interessados no território.<sup>2</sup>

Apesar da baixa adesão do setor náutico, neste mesmo ano ocorreram três reuniões do GT, que buscaram apoiar a elaboração da minuta para o convênio entre Marinha e Prefeitura de Cananéia, além de iniciarem os estudos das metodologias para o estabelecimento da capacidade de carga turística no território e produzirem materiais informativos indicando a proibição do uso público na Ilha do Bom Abrigo.<sup>3</sup>

Em 2019, o Plano Diretor do Turismo do município de Cananéia, ainda em fase de elaboração, internalizou a orientação dada pela Marinha, apontando como meta de execução de curto prazo o estabelecimento do instrumento legal formalizado que tornaria a gestão da ilha compartilhada com a Prefeitura (Cananéia, 2019), porém, até então o processo não teve avanços concretos.<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> Informações obtidas a partir das memórias das reuniões para as tratativas entre os órgãos gestores da Ilha do Bom Abrigo, realizadas nos dias 20 de fevereiro e 13 de março de 2017.

<sup>2</sup> Informação obtida a partir da ata da 19ª Reunião Ordinária da Câmara Temática de Planejamento e Gestão – Grupo de Trabalho Bom Abrigo, do conselho consultivo da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Sul, realizada no dia 05 de outubro de 2017.

<sup>3</sup> Informações obtidas a partir das atas da 19ª, 20ª e 21ª Reunião Ordinária da Câmara Temática de Planejamento e Gestão – Grupo de Trabalho Bom Abrigo, do conselho consultivo da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Sul, realizadas respectivamente nos dias 05 de outubro, 23 de outubro e 29 de novembro de 2017.

<sup>4</sup> Informação obtida a partir da memória de reunião para as tratativas entre os órgãos gestores da Ilha do Bom Abrigo, realizada no dia 22 de julho de 2022.

Recentemente, com a publicação do plano de manejo da APAMLS, a faixa de praia do Bom Abrigo foi indicada como AIT, prevendo o turismo de sol e praia controlado, conforme diretrizes e ações para o ordenamento das atividades em conjunto com os órgãos responsáveis e atores relacionados à área, incluindo: (a) definição de atividades compatíveis e respectivos procedimentos para sua realização; (b) avaliação da pertinência de implantação de estruturas náuticas; (c) previsão de sistema de gestão de risco e contingência e de limite aceitável de uso; (d) aplicação de questionário para percepção dos atores chave; (e) cadastramento e credenciamento das embarcações turísticas e capacitação dos operadores; (f) estímulo ao turismo de base comunitária; e (g) desenvolvimento de estratégias de comunicação para os usuários (São Paulo, 2021a; São Paulo, 2021b).

Além disso, a porção emersa da ilha e o raio de 300 m foram incluídos na Zona de Proteção da Geobiodiversidade, sendo estabelecidas normas específicas e comandos que proibiram: a introdução de espécies exóticas; a emissão de ruídos excessivos; o extrativismo; qualquer modalidade de pesca; a aquicultura; a presença humana em ninhais, exceto nos casos de pesquisa científica e monitoramento; a supressão de vegetação nativa; e a utilização de fogueiras e churrasqueiras, exceto em caso de necessidade de abrigo por pescadores durante exercício profissional (São Paulo, 2021a). Também foi instituído como ação contínua do Programa de Manejo e Recuperação, a articulação, o desenvolvimento e a consolidação de estratégias para a gestão dos resíduos sólidos em conjunto com os demais órgãos responsáveis pela ilha (São Paulo, 2021b).

Após a publicação do plano e no intuito de executar as ações do Programa de Uso Público, em especial a que estabelece a formalização junto à Marinha do Brasil, Prefeitura de Cananéia e APACIP, para o permissionamento das atividades turísticas na parte terrestre da Ilha do Bom Abrigo (São Paulo, 2021b), foram realizadas novas tratativas entre a APAMLS e os demais órgãos gestores, onde a Marinha esclareceu que o ordenamento do uso público independia da celebração do instrumento de contrapartida, cujo viés seria apenas complementar a fiscalização náutica, sendo necessária a consulta a SPU para averiguar os trâmites adequados para o caso das ações de ordenamento do turismo.<sup>5</sup>

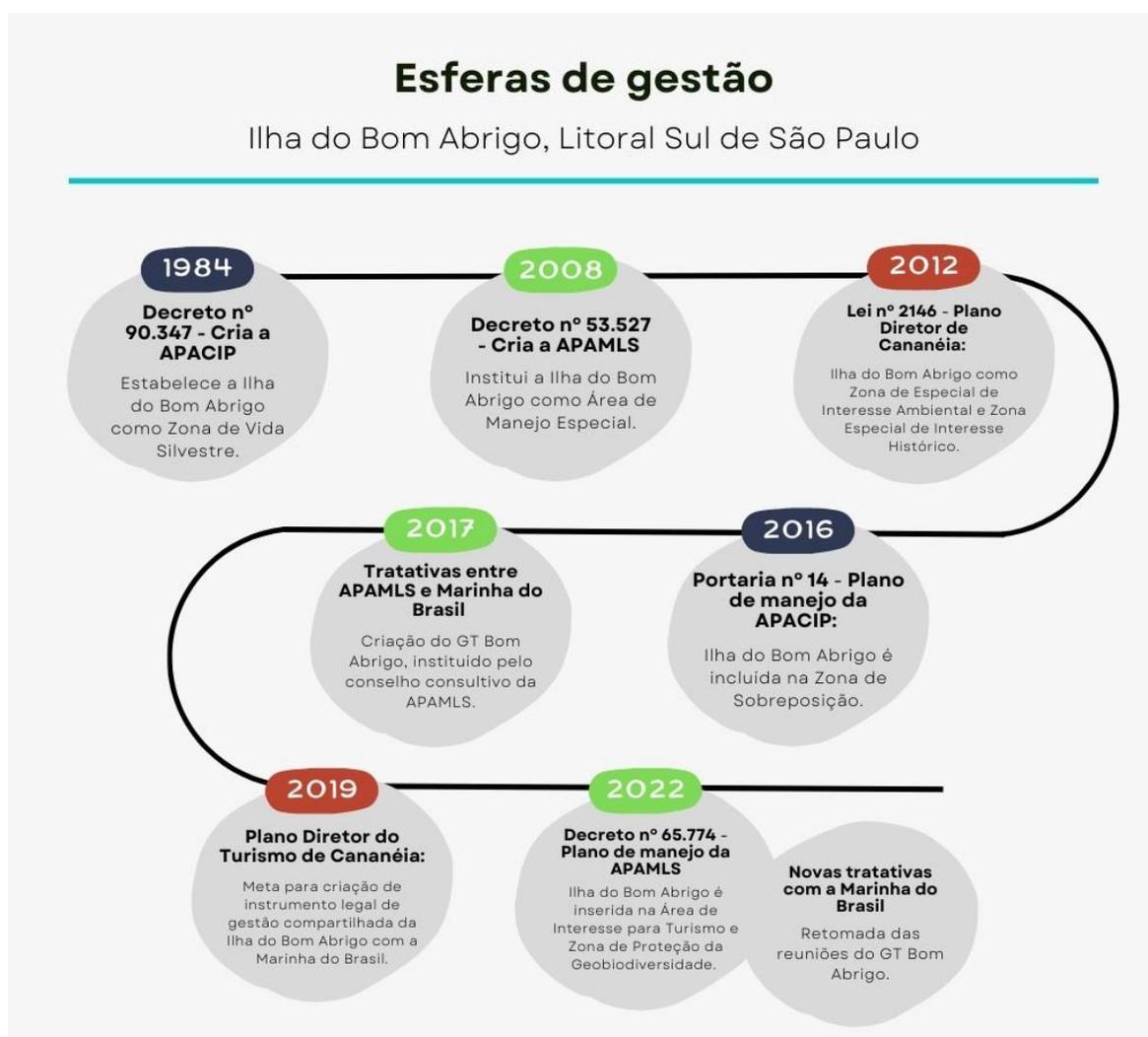
---

<sup>5</sup> Informações obtidas a partir das memórias das reuniões para tratativas entre os órgãos gestores da Ilha do Bom Abrigo, realizadas nos dias 11 de março de 2021 e 22 de julho de 2022.

Com a nova orientação, as reuniões do GT Bom Abrigo foram retomadas e apesar da permanente desmobilização do setor náutico junto ao fórum, foi dada continuidade aos estudos das metodologias de capacidade de carga turística, incluindo a estruturação dos questionários desta pesquisa, bem como a atualização dos materiais informativos e a divisão dos trabalhos para a estruturação do Plano de Ordenamento Turístico para a AIT.<sup>6</sup>

A Figura 13 sintetiza o histórico associado aos instrumentos de gestão incidentes na Ilha do Bom Abrigo e as tratativas para a cogestão.

**Figura 13.** Linha do tempo dos instrumentos de gestão e tratativas para a cogestão da Ilha do Bom Abrigo.



<sup>6</sup> Informações obtidas através das atas da 1ª e 2ª Reunião Ordinária da Câmara Temática de Uso Público – Grupo de Trabalho Bom Abrigo, do conselho consultivo da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Sul, realizadas respectivamente nos dias 12 de março e 01 de abril de 2021.

## 6. DISCUSSÃO

### 6.1. Caracterização do visitante com base no perfil demográfico, interesses e conhecimento sobre as unidades de conservação

O alto nível de escolaridade e interesses dos visitantes da Ilha do Bom Abrigo em receber informações sobre o território, pode favorecer a implantação de projetos de educação ambiental, pois, apesar de não determinar a eficácia do processo, contribui na aceitação do público, considerando que já possuem uma bagagem educacional que os ajuda a compreender a importância das atitudes e ações de todos nas áreas naturais (Ladeira et al., 2007).

Estudos sobre o perfil dos visitantes em outras áreas naturais do Brasil também indicaram um bom grau de escolaridade (Boquimpani-Freitas & Costa, 2023; Coelho & Camargo, 2021; Souza & Martos, 2008). Contudo, considerando que os entrevistados foram contactados apenas através das redes sociais, tal método pode gerar limitações na coleta ampla dos dados em relação às entrevistas junto aos visitantes no local onde se realiza o turismo, pois, apesar da alta relevância das ferramentas digitais na sociedade contemporânea, ainda existe uma parcela expressiva da população brasileira que não possui acesso a computadores e internet (Marcon, 2020).

A dimensão e o acesso cada vez mais veloz de informações presentes no ciberespaço (Rodrigues, Bechara & Grubba, 2020) também pode ter influenciado o fato de quase metade dos entrevistados saberem conceituar os objetivos das UCs, incluindo a inserção da Ilha do Bom Abrigo na APAMLS e APACIP. Porém, considerando os insumos de comunicação e informação da APAMLS, que incluem os materiais produzidos pelo GT Bom Abrigo e a realização de campanhas periódicas nos principais hotéis e pousadas de Cananéia durante a alta temporada do turismo (Oliveira, 2020), bem como a divulgação de conteúdos remotos através das redes sociais e website do conselho consultivo da UC (Amigosapamls, 2023a; Amigosapamls, 2023b), este pode ser um indicativo de que o acesso à informação sobre o território tem se dado de forma qualificada, podendo inclusive estar relacionada a capacitação dos operadores náuticos para a divulgação de informações (Campolim, Nascimento, Coutinho & Faria, 2022).

No que se refere ao local de origem dos visitantes, assim como o diagnóstico situacional do Plano Diretor de Turismo de Cananéia, os principais representantes provêm dos municípios paulistas, com ênfase para a cidade de São Paulo e da Região Geográfica

Imediata de Registro (Cananéia, 2019). Além disso, durante a pandemia do COVID-19, o turismo de proximidade foi evidenciado em Cananéia, resultando no aumento do aporte de visitantes das cidades vizinhas, com permanência mais breve no território (Cifelli, 2022).

O fato de boa parte dos entrevistados residirem em Cananéia, demonstra o potencial das redes sociais para alcançar não só o público distante do território, mas a própria comunidade local, sendo uma oportunidade para entender os padrões de uso recreativo deste público (Teixeira et al., 2021; Sessions, Wood, Rabotyagov & Fisher, 2016). Estudos de longo prazo poderão contribuir para um melhor delineamento da origem dos visitantes, sendo importante a conciliação de estratégias de investigação presencial, pois as redes sociais se estruturam na conexão de pessoas de acordo com seus interesses e valores, podendo constituir um público com perfil específico que se assenta no gosto de aprofundar e compartilhar locais e vivências turísticas (Mendes & Teixeira, 2019). Outro fator que deve ser levado em consideração nas análises futuras é o movimento de pessoas com segunda residência no município, que durante a pandemia da COVID-19 foi potencializado pela busca de lugares considerados tranquilos e próximos, principalmente, de áreas naturais (Fonseca & Azevedo 2022).

As motivações que levaram os turistas pesquisados a visitarem a Ilha do Bom Abrigo atestam a importância dos atributos ambientais para atividades de contemplação, lazer e descanso. Desta forma, o planejamento e a gestão dos espaços naturais devem ser pautados para usos que busquem amenizar os impactos que as atividades podem trazer para a localidade (Irving, Lima & Nasri, 2022), principalmente no que se refere ao turismo de sol e praia, que consiste em uma das principais motivações para os deslocamentos populacionais com fins turísticos no Brasil, sendo susceptível a massificação que implica na progressiva destruição dos ecossistemas naturais locais (Nunes & Gouvêa, 2019).

## **6.2. Caracterização dos operadores de turismo com base nas condições de trabalho, perfil demográfico e conhecimento sobre as unidades de conservação**

O turismo náutico na Ilha do Bom Abrigo é caracterizado por trabalhadores autônomos que atuam no segmento esporte e recreio, que consiste na realização de atividades turística com o uso de embarcações de pequeno e médio porte (Brasil, 2010). De acordo com o diagnóstico situacional do Plano Diretor de Turismo de Cananéia, entre os 820

microempreendedores individuais registrados, 229 pertencem ao segmento de turismo, sendo o serviço de transporte aquaviário a segunda atividade mais relevante para o município (12,7%), atrás apenas dos serviços de alimentação (62%) (Cananéia, 2019).

A venda dos roteiros que incluem os atrativos do Bom Abrigo é a segunda atividade mais relevante para o setor, que também costuma operar como guias de pesca amadora, que constitui uma atividade consolidada na região de Cananéia, mas que ainda necessita de melhorias nas ações de fiscalização e envolvimento das comunidades no processo de planejamento e gestão (Carvalho & Barrella, 2004; Filla & Monteiro-Filho, 2009).

Na ilha, a pesca amadora é permitida na distância de 300 metros da porção emersa (Brasil, 1987; São Paulo, 2021a), porém, apenas uma pequena parcela dos entrevistados alegou ofertar o serviço nas imediações do território. Considerando que as embarcações de pesca foram mencionadas como o segundo tipo de transporte mais utilizado pelos visitantes para o deslocamento até a Ilha do Bom Abrigo, os dados advindos do setor náutico podem estar subestimados e devem ser melhor investigados dada a importância socioeconômica da atividade. Trabalhos futuros para a caracterização do serviço de guia de pesca amadora poderão auxiliar os tomadores de decisão, quanto a criação de políticas e gestão que possibilitem a sustentabilidade e evolução da atividade.

No que se refere ao local de origem dos operadores de turismo que atuam na ilha, a maioria é natural do município de Cananéia, que apresenta um elevado número de UCs de proteção integral e uso sustentável, que se distribuem tanto na esfera federal como estadual (Brasil, 2022). Este contexto, associado ao aumento no nível de escolaridade dos entrevistados pode ter contribuído para o relevante grau de conhecimento dos entrevistados sobre o conceito, objetivos e categorias de áreas protegidas, bem como a inserção do Bom Abrigo no território da APAMLS e APACIP. Além disso, a capacitação realizada no ano de 2021 pelo PEIC em parceria com a Capitania dos Portos de Santos, Prefeitura de Cananéia e pesquisadores do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (IO/USP) e do Instituto de Pesquisas de Cananéia (IPEC), que abordou temas relacionados a proteção do território, seu entorno e dispositivos legais (Campolim, Nascimento, Coutinho & Faria, 2022) pode ter auxiliado no aprimoramento e consolidação do saber.

A capacitação contínua do setor náutico é imprescindível para o fortalecimento das ações de conservação da Ilha do Bom Abrigo. Estes atores podem constituir uma das

principais fontes de informação dos visitantes, desempenhando papel importante para o contato com a natureza associado a experiências de aprendizado e sensibilização ambiental (Ott, Brandão, Sucunza & Oliveira, 2022). Estudos têm demonstrado que mudanças positivas dos turistas em termos de atitude e comportamento, em relação a questões ambientais, estão intimamente ligadas à experiência, conhecimento e dedicação por parte dos guias e condutores (Ballantyne, Packer & Sutherland, 2011; Walker & Moscardo, 2014).

Além disso, de acordo com Loureiro (2004), quando o processo de educar vincula as esferas individuais às práticas coletivas, fornece aos sujeitos o significado de fazer parte da sociedade. Diante disso e da baixa adesão dos operadores nas reuniões do GT Bom Abrigo, torna-se também necessária à sua inclusão nos espaços de gestão participativa, que possibilitam o aprimoramento e o entendimento dos modelos de turismo que estão se desenvolvendo e o protagonismo do setor, não somente para a condução de grupos de visitantes, mas para a implantação de políticas públicas ambientais, educacionais e mudanças de paradigmas sociais (Silva, Lemos & Gomes, 2021; Mira, Marinho & Lobo, 2021).

### **6.3. Características da visitação**

A maioria dos visitantes entrevistados contratou embarcações comerciais para o deslocamento até a Ilha do Bom Abrigo, contudo, um percentual expressivo relatou ter feito uso de embarcações particulares. Além disso, estudos realizados na região de Cananéia também observaram o uso significativo dessas embarcações nos atrativos turísticos (Campolim, Nascimento, Coutinho & Faria, 2022; Cifelli, 2022). A presente pesquisa não teve o objetivo de diagnosticar o perfil específico deste público, que deve ser melhor investigado, incluindo o apoio das marinas locais para o mapeamento dos usuários e elaboração de estratégias para o monitoramento das embarcações.

O principal ponto de partida dos passeios comerciais inclui obrigatoriamente na rota áreas com elevada ocorrência de boto-cinza (*Sotalia guianensis*) (Havukainen, Monteiro-Filho & Filla, 2011; Santos & Rosso, 2007). Apesar dos operadores e visitantes entrevistados não mencionarem de forma considerável o avistado de cetáceos durante o traslado até a ilha, o turismo relacionado à observação de botos-cinzas é uma importante fonte de renda para Cananéia, sendo fundamental a constante sensibilização para os cuidados necessários na

presença desses animais, visando a conservação da espécie e de seu habitat (Filla & Monteiro-Filho, 2009).

As atividades com fins comerciais de turismo, lazer e esporte náutico em Cananéia, são regulamentadas pela Lei Municipal nº 2.129/2011, alterada pela Lei Municipal nº 2.250/2016, que estabelece normas de avistagem de cetáceos e um limite de 50 alvarás para embarcações do tipo voadeira ou lancha rápida (Cananéia, 2011), que constituem o principal tipo de embarcação utilizada nos passeios para a ilha.

Nesse sentido, além da capacitação dos operadores náuticos, os órgãos gestores devem atuar na efetiva fiscalização da legislação, podendo aliar normas complementares que incluam o cadastramento e o credenciamento de embarcações junto as UCs, conforme preconizado pelo Programa de Uso Público do plano de manejo da APAMLS (São Paulo, 2021b) e experiências do PEIC, que realiza desde 2007 o cadastramento de embarcações que atuam em seu território, destacando importância do procedimento para o fornecimento de informações sobre a situação documental dos barcos e de seus operadores, excluindo as embarcações irregulares e estimulando os proprietários a seguirem as diretrizes da área protegida (Campolim, Nascimento, Coutinho & Faria, 2022; Campolim, Nascimento & Nascimento, 2015).

Nas entrevistas com os operadores náuticos, foi possível observar que a execução do roteiro para a Ilha do Bom Abrigo se estrutura principalmente na realização de única viagem por dia, porém, trabalhadores que atuam com embarcações de maior porte, realizam passeios com mais frequência e conduzem grupos maiores independente do período do ano. Isso pode estar atrelado a dificuldade da navegação na Barra de Cananéia, que é limitada pela Ilha Comprida ao norte e pela Ilha do Cardoso ao sul, constituindo o principal canal de acesso ao Bom Abrigo e exigindo capacidade operacional da embarcação e conhecimento do condutor (Ambrosio, Sousa, Gagliard & Siegle, 2020; Camargo, 2006).

O canal tem aproximadamente 2 km de largura e uma profundidade que pode chegar a 5 m na área de ação das ondas, onde ocorrem bancos de areia submersos que possuem extrema mobilidade, fazendo com que durante a variação de maré, o movimento das águas esteja sujeito a um ímpeto muito grande, tornando a dinâmica de navegação instável (Ambrosio, Sousa, Gagliard & Siegle, 2020), principalmente entre os meses de abril a outubro, quando ocorrem os períodos de marés meteorológicas (Camargo, 2006). Este

cenário também justifica a ênfase das informações emitidas e recebidas durante o passeio, incluíram as condições climáticas e a segurança de navegação.

Ao chegarem na ilha, os operadores costumam atracar nas áreas abrigadas que também são utilizadas como abrigo em dias de mar revolto por embarcações de diversas origens, principalmente do setor pesqueiro, que podem ficar ancorados por horas ou dias de acordo com a necessidade (Bioaustral, 2015). Assim, como as embarcações particulares, o mapeamento e monitoramento dos barcos que utilizam a ilha como abrigo, com especial atenção para os de pesca, devem ser considerados nas tratativas de ordenamento do turismo, buscando a construção colaborativa de critérios de desembarque, fundeio, segurança e capacidade de carga das embarcações nas imediações. Nos estudos de capacidade de carga com foco no ambiente marinho, é importante realizar o levantamento de espécies sensíveis, como os cetáceos, e na lista de ameaçados de extinção (Petrobras, 2018).

A praia constitui o atrativo mais visitado do Bom Abrigo, porém, a presença da edificação de apoio da Marinha do Brasil, a configura como área de segurança militar, assim como o farol (Brasil, 2022), que foi indicado por um percentual expressivo de entrevistados, juntamente com o passeio embarcado nas imediações da ilha. Cabe destacar que o passeio embarcado no raio igual ou superior a 200 m não possui impeditivos legais e o plano de manejo da APAMLS instituiu a faixa de praia como AIT, prevendo atividades de turismo de mínima intensidade (São Paulo, 2021a).

No ano de 2015, o diagnóstico realizado pelo Instituto de Biodiversidade Austral, indicou a trilha ao farol como um atrativo pouco visitado pelos turistas, apesar disso, constatou sinais de processo erosivo recente, que possivelmente foram exacerbados pela pressão de pisoteio advindo do uso público (Bioaustral, 2015). Tendo em vista os dados atuais, é importante que sejam estabelecidos protocolos de monitoramento para a detecção de possíveis danos ambientais. Os indicadores podem ser definidos com a participação de pesquisadores que detenham conhecimentos específicos e técnicos sobre o tema, incluindo parâmetros físicos, biológicos e sociais, como por exemplo, a largura da trilha, solo exposto, vegetação degradada, atalhos na trilha, danos a infraestrutura e presença de lixo (Graefe, Kuss & Vaske, 1990; Brasil, 2011).

A beleza cênica e a sensação de tranquilidade constituem os principais pontos positivos do passeio na Ilha do Bom Abrigo, que aliado as particularidades biológicas, históricas e

culturais, constituem bens territoriais que certamente possuem potencial para atrair o turismo durante o ano todo. Por outro lado, ausência de infraestrutura é um grande empecilho para o desenvolvimento do uso público, principalmente no que se refere a questão sanitária, que contribui para vetores de doenças, resultam em impactos expressivos ao ambiente natural e comprometem a percepção positiva do visitante (Vieira et al., 2019; Bioaustral, 2015). Diante da importância da qualidade ambiental do território, que também constitui a principal fonte de atratividade turística da modalidade sol e praia, torna-se fundamental a implantação de infraestrutura mínima para que as atividades turísticas ocorram de forma ordenada e sem impactos ao meio ambiente.

Sobre o alto percentual de retorno dos visitantes, Gibaldi, Bueno & Olifiers (2020) destaca que a visita frequente pelos mesmos indivíduos pode ajudar na consolidação do conhecimento e sensibilização ambiental, porém, considerando o cenário de restrição do uso público na Ilha do Bom Abrigo, estes grupos podem constituir um dos maiores fomentadores da visitação. Além disso, apesar da baixa correspondência entre as variáveis que investigaram a contratação de embarcações comerciais, a frequência e o tempo da visitação, a oposição das informações apresentadas pelos dois grupos de estudo sobre o tempo de permanência no território, pode ter influência do número expressivo de visitantes que fizeram uso de embarcações particulares e comerciais para o deslocamento, sendo um indicativo do perfil dos visitantes que costumam retornar ao território. Desta forma, a taxa de reincidência, o tempo da visitação e o uso de embarcações comerciais e particulares, devem ser foco contínuo de monitoramento para a definição de estratégias de gestão.

#### **6.4. Gestão e tratativas para a cogestão**

O arcabouço legislativo da APACIP e APAMLS destacam a importância da Ilha do Bom Abrigo para a salvaguarda da biodiversidade, designando comandos que proíbem o exercício de atividades degradadoras ou potencialmente causadoras de degradação ambiental.

De acordo com Gibran & Moura (2012), a restrição de acesso às áreas tuteladas pela Marinha do Brasil contribui para a diminuição de algumas pressões antrópicas de pesca, poluição, introdução de espécies exóticas e turismo, mas, não garante a mesma perpetuidade de proteção de uma UC, visto que estão atreladas a atividades constantes das forças armadas,

que quando encerradas, tornam as áreas vulneráveis a usos mais intrusivos. Na Ilha do Bom Abrigo, a restrição militar nunca foi efetivamente fiscalizada e os ilícitos ambientais são registrados com frequência, expondo o território ao desmatamento, introdução de espécies exóticas, acúmulo de resíduos sólidos, turismo e pesca irregular (Bioaustral, 2015).

Apesar disso, a APAMLS tem investido nas tentativas de comunicação, monitoramento ambiental e promoção de espaços de diálogo e cogestão, que por vezes, parecem depender apenas da iniciativa individual do gestor. No estado de São Paulo, as áreas protegidas da zona costeira e marinha são um dos principais instrumentos para a gestão e governança do uso dos espaços e dos bens naturais (Sousa & Serafini, 2018). Entretanto, a dotação orçamentária insuficiente, a ausência de infraestrutura, a precarização dos serviços prestados, a escassez de funcionários e os entraves e interesses de caráter político-institucional, constituem deficiências que contribuem para a morosidade na tomada de decisão e dificultam o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável (Oliveira, 2020; Scalco & Souza, 2018; Reis & Queiroz, 2017).

Conforme descrito nos resultados desta pesquisa, conquistas ocorreram, como por exemplo o reconhecimento da faixa de praia como AIT, mas muito ainda precisa ser feito. O controle da visitação por meio da capacidade de carga pode ser uma abordagem norteadora do planejamento, desde que haja constante discussão e monitoramento da ferramenta (Maciel, Paolucci & Ruschmann, 2008). Além disso, a avaliação dos visitantes e operadores de turismo sobre o aporte de uso da praia subsidiam os estudos da capacidade de carga social, que possui como princípio a relação de dependência entre o nível de saturação de determinado espaço com a qualidade da experiência vivenciada (Machado & Lobo, 2019; Pires, 2005).

Associado a isso, é fundamental que a governança da Ilha do Bom Abrigo ocorra de forma participativa entre os órgãos gestores, conforme prevê os programas de manejo das UCs (São Paulo, 2021b; Brasil, 2016). No Brasil as políticas de turismo demoram a ser aplicadas e o setor não se encontra completamente estruturado em grande parte dos municípios (Pinto, Souza, Marques & Souza, 2021). Desta forma, para que o turismo se desenvolva de forma ordenada é fundamental a participação da comunidade e do Estado, representado pelo governo federal, estadual e municipal (Pinto, Souza, Marques & Souza, 2021).

São muitas as possibilidades e estratégias de gestão e proteção do meio ambiente, porém, estas são dependentes de interesses políticos e econômicos (Nascimento & Rezende, 2021; Pinto, Sousa, Marques & Souza, 2021). Intervenções para coibir práticas degradantes, punição para infratores, controle da visitação, programas educacionais e de comunicação são algumas das vias protetivas, porém, outras medidas também são possíveis, como a regularização do acesso (Nascimento & Rezende, 2021) para um diálogo mais eficaz na conciliação dos aspectos políticos, sociais, econômicos e ambientais que envolvam o território.

## **7. CONCLUSÃO**

A identificação do perfil dos visitantes da Ilha do Bom Abrigo traz informações relevantes para a definição de estratégias mais adequadas para planos e programas de Educação Ambiental junto as UCs. O contexto de áreas protegidas existentes no município de Cananéia e o nível de escolaridade do público entrevistado, favorecem a aceitação de conteúdos ambientais e são uma oportunidade para a sensibilização.

Para os operadores de turismo o processo educativo deve estar associado a capacitação contínua e a inclusão nos espaços de gestão participativa, visando a construção conjunta de diretrizes e normas complementares à legislação municipal, bem como o cadastramento e credenciamento das embarcações, fortalecendo o protagonismo do setor nas estratégias de ordenamento do território.

Além disso, considerando que a ilha contempla visitantes que fazem uso de embarcações particulares, é fundamental o desenvolvimento de estudos que definam o perfil dos usuários, além do mapeamento e monitoramento das embarcações. A marinas e o setor pesqueiro que faz uso das enseadas existentes no território, devem ser incorporados nas tratativas de ordenamento e construção colaborativa de critérios para o desembarque, fundeio, segurança e capacidade de carga da área marinha.

A inexistência de infraestrutura e a dificuldade de acesso constituem as principais problemáticas para o desenvolvimento do turismo, porém, a proibição do acesso não garante a preservação e a conservação do território, considerada as deficiências no monitoramento ambiental, fiscalização e a descontinuidade da articulação política das esferas de gestão.

A inserção da faixa de praia como AIT é um reconhecimento para a implementação do uso público na Ilha do Bom Abrigo, porém, o turismo não acontece por si só, os setores econômico, ambiental, cultural e social precisam estar envolvidos para que ele aconteça e se desenvolva, sendo necessário e urgente o mínimo de ordenamento dos usos existentes.

O GT Bom Abrigo deve ser fortalecido para a construção e implementação dos instrumentos previstos para a AIT e a avaliação dos visitantes e operadores de turismo sobre o quantitativo ideal de uso da praia, pode subsidiar os estudos de capacidade de carga, que deve inicialmente adotar parâmetros mais conservadores. Futuramente, após a implantação de infraestrutura de saneamento ambiental, pesquisa e monitoramento de aspectos físicos e biológicos e indicadores de qualidade ambiental, a capacidade de carga poderá ser revista. Estudos de longo prazo, conciliados com estratégias de diagnóstico presencial, também poderão contribuir para um melhor delineamento dos perfis e padrões do uso público no território, incluindo a inserção de outros atores-chaves, como pescadores e usuários de embarcações particulares.

As iniciativas de cogestão dos órgãos responsáveis necessitam do envolvimento dos atores e clareza das competências e atribuições institucional-administrativa dentro e fora dos espaços de discussão. Além disso, o GT pode ser um canal de controle social que exija mudanças efetivas no cenário de proibição

## 8. REFERÊNCIAS

Ambrosio, B. G.; Sousa, P. H. G. O.; Gagliard, M. H. & Siegle, E. (2020). Wave energy distribution at inlet channel margins as a function of ebb tidal delta morphology: Cananéia Inlet, São Paulo, Brazil. *An. Acad. Bras. Ciênc.*, 92 (1). <https://doi.org/10.1590/0001-3765202020180677>

Amigos APAMLS. (2023). <https://www.instagram.com/amigosapamls/>

Assis, L. F. (2003). Turismo e Representações na Ilha de Itamaracá: O espaço vivido em foco. *Turismo em Análise*, 14 (1), 117-130. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v14i1p117-130>

Ballantyne, R.; Packer, J. & Sutherland, L. A. (2011). Visitors' memories of wildlife tourism: Implications for the design of powerful interpretive experiences. *Tourism Management*, 32, 770-779. doi: 10.1016/j.tourman.2010.06.012

Barbieri, E.; Roselli, L. Y. & Quito, L. Unprecedented record of unique Bryde's whale (*Balaenoptera edeni*) off the southern coast of the marine environmental protection area, São Paulo state, Brazil. *Braz. J. Aquat. Sci. Technol.*, 23 (1). doi: 10.14210/bjast.v23n1.14117

Belgamo, J. A. (2020). Mitigação de impactos ambientais causados pelo over turismo em Ilha das Couves, Ubatuba - SP: Planejamento turístico e sustentável. *Revista Geociências UNG-Ser*, 19 (1).

Boulhosa, M.; Farias, K. da S. & Figueiredo, S. J. de L. (2021). Políticas públicas e desenvolvimento na Ilha de Marajó, Brasil: Participação e exclusão no turismo. *Journal of Tourism & Development*, 1 (36), 313-323. <https://proa.ua.pt/index.php/rtd/article/view/4636/18039>

Brasil. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Painel de unidades de conservação brasileiras. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/areasprotegidasecoturismo/sistema-nacional-de-unidades-de-conservacao-da-natureza-snuc>>. Acesso em 24 fev. 2023.

Brito, B. R. (2010). Particularidades insulares e potencialidades turísticas. In: B. R. Brito, *Turismo em meio insular africano: Potencialidades, constrangimentos e impactos* (pp. 28-39). Centro de Estudos Internacionais. <https://core.ac.uk/download/pdf/302955992.pdf>

Camargo, P. F. B. (2006). Arqueologia da fortificação oitocentista da ponta da Trincheira, barra de Cananéia, SP. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 15 (16), 271-290. <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2006.89722>

Campolim, M. B.; Nascimento, E. R. & Nascimento, J. S. (2015). Ordenamento da visitação pública da Praia do Itacuruçá/Pereirinha, Parque Estadual da Ilha do Cardoso, Cananéia-SP. *Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação*, 3 (6). [https://periodicos.uff.br/uso\\_publico/article/view/28773/16701](https://periodicos.uff.br/uso_publico/article/view/28773/16701)

Campolim, M. B.; Nascimento, E. R.; Coutinho, E. T. & Faria, L. C. (2022). Avaliação da capacidade de suporte da visitação na Praia do Itacuruçá/Pereirinha - Parque Estadual da Ilha do Cardoso (SP). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 15 (2). <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2022.v15.12929>

Carvalho, D. & Barrella, W. (2004). Estrutura Turística Envolvida na Pesca Desportiva da Região Sul de São Paulo. *Turismo em Análise*, 15 (2), 185-198. <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/62666/65461>

Chaib, F. & Filho, H. C. (2015). Aplicação da Análise Fatorial de Correspondências na Avaliação da Influência do Gesto na Performance Musical em Percussão. *Proceeding Series of the Brazilian Society of Applied and Computational Mathematics*, 3 (1). doi: 10.5540/03.2015.003.01.0477

Chueiri, D. M. A.; Fortunato, R. A. & Sauzeau, T. (2021). Dinâmicas territoriais e aumento do fluxo turístico na Ilha Grande (Brasil) e na île d'Oléron (França). *Terra Brasilis*, 16. <https://doi.org/10.4000/terrabilis.10427>

Cifelli, G. (2022). Efeitos da pandemia de Covid-19 na dinâmica territorial do turismo em municípios paulistas de relevância patrimonial. *Geosp*, 26 (3). <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2022.200971.pt>

Coccosis, H. & Mexa, A. (2004). *The Challenge of Tourism Carrying Capacity Assessment: Theory and Practice*. Reino Unido: Ashgate Publishing.

Coelho, S. C. A. & Camargo, C. F de. (2021). A Ilha Canela, Palmas (TO): Uma análise socioeconômica dos visitantes e do ecoturismo. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 14 (2), 145-159. <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6776/8432>

Coitinho, G. B.; Miranda, M. G. & Friede, R. (2019). Impactos socioambientais do turismo na Ilha Grande-RJ. *Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade*, 27 (52). <https://doi.org/10.21879/faeaba2358-0194.2018.v27.n52.p101-121>

Currall, V. H. & Rodríguez, J. R. (2015). Desarrollo Turístico de Pastaza: Diagnóstico Estratégico Participativo Ponderado. *Anais Brasileiros de Estudos Turísticos*, 5 (2), 35 -41. <https://periodicos.ufjf.br/index.php/abet/article/view/3087>

Decreto nº 48.149. (2003, 09 de outubro). Dispõe sobre a criação e funcionamento dos Conselhos Gestores das Áreas de Proteção Ambiental - APAs no Estado de São Paulo. São Paulo: Governo do Estado.

Decreto nº 53.527, de 08 de outubro de 2008. (2008, 08 de outubro). Cria a Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Sul e a Área de Relevante Interesse Ecológico do Guará, e dá providências correlatas. São Paulo: Governo do Estado.

Decreto nº 65.774, de 07 de junho de 2021. (2021a, 06 de junho). Aprova o plano de manejo da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Sul, criada pelo Decreto nº 53.527, de 8 de outubro de 2008. São Paulo: Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente.

Decreto nº 90.347, de 23 de outubro de 1984. (1984, 24 de dezembro). Dispõe sobre a implantação de área de proteção ambiental nos Municípios de Cananéia, Iguape, e Peruíbe, no Estado de São Paulo, e dá outras Providências. Brasil.

Duran, L. D. (2008). *Arqueologia marítima de um Bom Abrigo* (Tese de Doutorado em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo). <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-26062008-095339/pt-br.php>

Estudo da Capacidade de Suporte em Áreas Piloto da APAMLN. (2018) Petrobras. [https://comunicabaciadesantos.petrobras.com.br/sites/default/files/CPRT132\\_17\\_ProdutVII.pdf](https://comunicabaciadesantos.petrobras.com.br/sites/default/files/CPRT132_17_ProdutVII.pdf)

Filla, G. de F. & Monteiro-Filho, E. L. de A. M. (2009). O desenvolvimento do turismo náutico e a sua ligação com a observação do boto-cinza (*Sotalia guianensis*) na região de Cananéia, litoral sul do Estado de São Paulo. *Revista Turismo em Análise*, 20 (2), 282-301. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v20i2p282-301>

Fonseca, V. M. & Azevedo, A. L. (2022). Turismo e Áreas Naturais Protegidas: possibilidades incipientes da migração por amenidades em tempos de pós-COVID 19. Diamantina: UFVJM, 144 p.

Freitas, L. B. & Costa, N. M. C. (2023). Perfil demográfico, de preferências e motivações dos usuários de trilhas de quatro Parques Nacionais brasileiros. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 16 (1), 09-31. <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/14342/10346>

Gibaldi, N. dos S.; Bueno, C. & Olifiers, N. (2020). Perfil dos visitantes e seus impactos negativos no Parque Natural Municipal Chico Mendes, Rio de Janeiro -RJ, Brasil. *Research, Society and Development*, 9 (10). <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i10.7904>

Gibran, F. Z. & Moura, R. L. (2012). The structure of rocky reef fish assemblages across a nearshore to coastal islands' gradient in Southeastern Brazil. *Neotropical Ichthyology*, 10 (2), 369–382. <https://doi.org/10.1590/S1679-62252012005000013>

Gotelli N. J., Ellison, A. M., 2011. Princípios de estatística em ecologia. Porto Alegre, Artmed.

Graefe, A. R.; Kuss, F. R. & Vaske, J. J. (1990). Visitor impact management: The planning framework, Vol II. **National Parks and Conservation Association, Washington, DC**, v. 105.

Grimm, I. J.; Alcântara, L. C. S. & Sampaio, C. A. C. (2018). O turismo no cenário das mudanças climáticas: impactos, possibilidades e desafios. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 12 (3), 1-22. <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v12i3.1354>

Guimarães, R. dos S. (2009). *A arqueologia em sítios submersos: Estudo do sítio depositário da Enseada da Praia do Farol da Ilha do Bom Abrigo – SP* (Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo). <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-01032010-164713/publico/DISSERTACAO.pdf>

Havukainen, L.; Monteiro-Filho, E. L. De A. & Filla, G. De F. (2011). Densidade populacional de *Sotalia guianensis* (Cetacea: Delphinidae) na região de Cananéia, sudeste do Brasil. *Rev. biol. Trop*, 59 (3). [https://www.scielo.sa.cr/scielo.php?pid=S0034-77442011000300028&script=sci\\_arttext&tlng=en](https://www.scielo.sa.cr/scielo.php?pid=S0034-77442011000300028&script=sci_arttext&tlng=en)

Informe sobre o turismo na Ilha do Bom Abrigo. (2023). Amigos da APAMLS. <https://sites.google.com/prod/view/amigosapamls/not%C3%ADcias-e-informes/informe-ilha-do-bom-abrigo?authuser=0>

Instituto Biodiversidade Austral, Bioaustral. (2015). Subsídios para a recuperação ambiental e ordenamento dos usos da Ilha do Bom Abrigo/Cananeia – SP (pp. 1-151). Instituto Linha D'Água.

Irving, M. de A.; Lima, M. A. G. de & Nasri, Y. X. G. (2022). Turismo e áreas protegidas: tendências globais e desafios para a integração de políticas públicas. *Revista Franco-Brasileira de Geografia*, 54 (54). <https://doi.org/10.4000/confins.45109>

Kraus, C. B. (2018) Pesquisa empírica: turismo em áreas naturais e o uso do marketing sustentável. *Revista de Turismo Contemporâneo*, 6 (2), 251-269. <https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/15632/10937>

Ladeira, A. S. et al. (2007). O perfil dos visitantes do Parque Estadual do Ibitipoca (PEIB), Lima Duarte, MG. *Revista Árvore*, 31 (6), 1091-1098. doi: 10.1590/S0100-67622007000600014

Landis, J. R. & Koch, G. G. (1977). The Measurement of Observer Agreement for Categorical Data. *Biometrics*, 33 (1), 159–174. <https://www.jstor.org/stable/2529310?origin=crossref>

Lee, J. W. & Syah, A. M. (2018). Impactos econômicos e ambientais do turismo de massa em destinos turísticos regionais na Indonésia. *Jornal de Finanças, Economia e Negócios Asiáticos*, 5 (3), 31-41. doi: 10.13106/jafeb.2018.vol5.no3.31

Lei nº 2.129, de 21 de dezembro de 2021. (2021, 21 de dezembro). Regulamenta as atividades com fins comerciais de Turismo, Lazer e Esporte Náutico no Município de Cananéia. Cananéia: Prefeitura Municipal da Estância de Cananéia, Departamento Municipal de Governo e Administração.

Lei nº 2.146 de 28 de maio de 2012. (2012, 28 de maio). Institui o Plano Diretor Participativo, define Princípios, Objetivos, Estratégias e Instrumentos para a Realização das Ações de Planejamento no Município da Estância de Cananéia, e dá outras providências. Cananéia: Câmara Municipal.

Lei nº 9.985, regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. 2000. DOU 19/07/2000.

Limberger, P. F. & Pires, P. S. (2014). A aplicação das metodologias de Capacidade de Carga Turística e dos modelos de gestão da visitação no Brasil. *Revista de Turismo Contemporâneo*, 2 (1), 27-48. <https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/5473>

Lobo, H. A. S. et al. (2020). Isolamento social e percepção de multidão no âmbito do turismo pós-pandemia da Covid19. *Revista Turydes: Turismo y Desarrollo*, 29. <https://www.eumed.net/es/revistas/turydes/vol-13-no-29-diciembre-diezembro-2020/turismo-pospandemia>

Lopes Júnior, W. M.; Hanai, F. Y. & Ribas, L. C. P. S. (2020). O perfil dos turistas com destino à Ilha Grande, Angra dos Reis (RJ) no verão de 2018. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 13 (3), 534-555. <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/10216/7773>

Loureiro, C. F. B. (2004). Educar, participar e transformar em educação ambiental. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, 1, 13-20.

Machado, A. C. P. & Lobo, H. A. S. (2019). Implicações do tempo em filas na capacidade de carga e na satisfação dos visitantes de parques temáticos. *Revista Turismo Em Análise*, 30 (2), 199-213. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v30i2p199-213>

Maciel, N. A. L.; Paolucci, L. & Ruschmann, D. V. M. (2008). Capacidade de carga no planejamento turístico: estudo de caso da Praia Brava – Itajaí frente à implantação do Complexo Turístico Habitacional Canto da Brava. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 2 (2), 41-63. <https://www.redalyc.org/pdf/5041/504152238004.pdf>

Malhotra, N. K. (2008). Pesquisa de Marketing. Artmed Bookman.

Marcon, K. (2020). Inclusão e exclusão digital em contextos de pandemia: que educação estamos praticando e para quem? *Criar Educação*, 9 (2). <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/criaredu/article/view/6047/5401>

Mendes, G. G. & Teixeira, S. J. (2019). Turismo, Patrimônio e Cultura na Era das Redes Sociais: um estudo de caso. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 32, 171-194. <https://proa.ua.pt/index.php/rtd/article/view/20480/14852>

Mendonza, M. P. & Lucas, M. P. G. (2020). Ferramentas de planejamento participativo para o desenvolvimento do turismo comunitário. Um estudo de caso. *Semeadura*, 7 (2). <https://doi.org/10.29166/siembra.v7i2.2189>

Mira, L. F.; Marinho, M. A. & Lobo, H. A. (2021). Monitoria ambiental e suas contribuições na gestão dos Parques Estaduais Cavernas do Diabo, Ilha do Cardoso e Turístico do Alto Ribeira (Vale do Ribeira, SP). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 14 (5), 646-661. <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/12857/8965>

Müller, G. De O. & Oliveira, L. M. T. (2020). Métricas de paisagem na avaliação da efetividade de proteção do Parque Estadual da Costa do Sol, uma unidade de conservação fragmentada no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. *Neotropical Biology and Conservation*, 15 (1), 1–18. doi: 10.3897/neotropical.15.e49490

Mulongoy, K. J., Webbe, J.; Ferreira, M. & Mittermeier, C. (2006). The Wealth of Islands – A Global Call for Conservation. *Special Issue of the CBD Technical Series*, Montreal. <https://www.cbd.int/doc/publications/island-brochure-en.pdf>

Mutirão em Cananéia recolhe quase 1 tonelada de lixo em 3 horas. (2018). São Paulo: Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, Fundação Florestal. <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/veraonoclima/2018/01/mutirao-em-Cananéia-recolhe-quase-1-tonelada-de-lixo-em-3-horas/>

Mutirão retira cerca de 400 quilos de lixo da praia Ilha do Bom Abrigo. (2015, 26 de fevereiro). São Paulo: Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, Fundação Florestal. <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/2015/02/mutirao-retira-cerca-de-400-quilos-de-lixo-da-praia-ilha-do-bom-abrigo/>

Nascimento, S. M. C. & Rezende, E. N. (2021). Subjetivação e pertencimento: a inefetividade da preservação ambiental como fato gerador do dano existencial. *Pensar Revista de Ciências Jurídicas*, 26 (3). <https://doi.org/10.5020/2317-2150.2021.12100>

Neves, C. S. B.; Souza, W. F. L. & Filippim, M. L. (2020). Turismo em Matinhos, Paraná: painel de dados para a gestão e o planejamento turístico municipal. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, 41 (138), 19-36. <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/1163>

Nunes, E. R. & Martins, M. de F. (2019). Indicadores de sustentabilidade para o turismo sustentável: um estudo no município de Bananeiras (PB). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 12 (2). <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2019.v12.6728>

Nunes, N. da S. & Gouvêa, D. N. (2019). Fluxos turísticos na sociedade capitalista: motivações para a viagem e consequências espaciais. *Rev. Tamoios*, 15 (2), 37-51. doi: 10.12957/tamoios.2019.42709

Oliveira, A. P. G. Análise da efetividade de gestão das Áreas de Proteção Ambiental Marinhas do estado de São Paulo/Brasil. 2020. 78 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade na Gestão Ambiental) – Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba, Sorocaba, 2020.

Oliveira, T. C. R. de et al. (2016). Classificação dos cenários costeiros de praias da Ilha de Santa Catarina, Florianópolis –Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 39, 217–229.

Olmos, F.; Martuscelli, P.; Silva, R. & Neves, T. S. The sea-birds of São Paulo, southeastern Brazil. *Bulletin of the British Ornithologists' Club*, v.115, nº 2, p. 117-128, 1995.

Omena, M. T. R. N. de; Bernardo, V. M. & Hanazaki, N. (2022). Uso Público em Áreas Protegidas Estaduais em Santa Catarina, Brasil: o Olhar dos Gestores e Contribuições para o Manejo. *Biodiversidade Brasileira*, 12 (3), 55-64. DOI: 10.37002/biobrasil.v12i3.1890

Ott, P. H.; Brandão, M. V.; Sucunza, F. & Oliveira, L. R. (2022). O Turismo Embarcado no Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos, Sul do Brasil: Estado Atual e Perspectivas Futuras. *BioBrasil*, 12 (3). <https://doi.org/10.37002/biobrasil.v12i3.1960>

Pinto, I. M.; Sousa, K. J. de; Marques, Z. L. & Souza, M. L. G. de (2021). Planejamento e gestão de turismo no município de Urucará – AM. *Revista Científica do CESP/UEA*, 8, 01-26. <http://periodicos.uea.edu.br/index.php/marupiara/article/view/2409>

Pires, P. dos S. (2005). Capacidade de Carga como Paradigma de Gestão dos Impactos da Recreação e do Turismo em Áreas Naturais. *Turismo em Análise*, 16 (1), 5-28.

Plano de Manejo Área de Proteção Ambiental Cananéia, Iguape, Peruíbe, SP. (2016). Brasil: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. [https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/DCOM\\_plano\\_de\\_manejo\\_Apa\\_Cananéia\\_Iguape\\_Peruibe\\_03032016.pdf](https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/DCOM_plano_de_manejo_Apa_Cananéia_Iguape_Peruibe_03032016.pdf)

Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Sul: Versão Executiva. (2021b). São Paulo: Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, Fundação Florestal. [https://smastr16.blob.core.windows.net/fundacaoflorestal/sites/243/2021/09/2021.09.22\\_plano-de-manejo-executivo\\_apamls\\_rev.limpo\\_.pdf](https://smastr16.blob.core.windows.net/fundacaoflorestal/sites/243/2021/09/2021.09.22_plano-de-manejo-executivo_apamls_rev.limpo_.pdf)

Portaria DPC/DGN/MB Nº 65, de 16 de dezembro de 2022. (2022, 16 de dezembro). Altera as Normas da Autoridade Marítima para Atividades de Esporte e/ou Recreio - NORMAM-03/DPC (2ª Revisão). Brasil: Marinha do Brasil, Diretoria de Portos e Costas.

Portaria SUDEPE nº 04-N, 12 de março de 1987. (1987, 20 de março). Brasil.

Ratificação do Termo de Entrega da Ilha do Bom Abrigo firmado entre Secretaria de Patrimônio da União e o Ministério da Defesa. (2009, 27 de outubro). São Paulo: Comando da Marinha, Patrimônio da União de São Paulo.

Reis, A. F. & Queiroz, O. T. M. M. (2017). Concessões nas Unidades de Conservação do Estado de São Paulo: reflexões, oportunidades e desafios. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 10 (2), 376-387. <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6572/4196>

Reis, C. C. S. & Souza, R. C. de A. (2019). Aplicabilidade da Análise de conteúdo em pesquisas na área do turismo: um olhar sobre a Ilha de Itaparica (BA). *Revista Iberoamericana de Turismo*, 9 (2), 41-53. <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/7744/6694#>

Resolução CONDEPHAAT-SC nº 40, de 06 de junho de 1985. (1985, 06 de junho). São Paulo: Secretaria da Cultura. *Diário Oficial da União*, seção 1.

Resultados do Plano Diretor de Turismo e resumo executivo. (2019, 23 de agosto). Cananéia: Geo Brasile Planejando o Futuro. São Paulo. [https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/a\\_34\\_5\\_3\\_09042020145936.pdf](https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/a_34_5_3_09042020145936.pdf)

Rocha, I. L. de O.; Carvalho, R. de C. R.; Rocha, W. W.; Reis, M. J. & Pires, B. S. (2018). Avaliação da aplicação de carga antrópica em uma trilha no Parque Nacional da Serra da Canastra (Estado de Minas Gerais, Brasil). *Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 5 (9), 291-300. <http://revista.ecogestaobrasil.net/v5n9/v05n09a20a.html>

Rodrigues, H. W.; Bechara, G. N. & Grubba, L. S. (2020) Era digital e controle da informação. *Revista Em Tempo*, 20 (1). <https://revista.univem.edu.br/emtempo/article/view/3268>

Rodrigues, R. P.; Junior, J. de A. & Brabo, M. F. (2020). A pesca esportiva marinha no Município de São Caetano de Odivelas, Estado do Pará, Amazônia, Brasil. *Society and Development*, 9 (7). <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i7.47011>

Romanelli, M. F.; Ribeiro, F. de M.; Mansor, M. T. C. & Turra, A. (2021). Estratégias para o combate ao lixo no mar: iniciativas no estado de São Paulo e na Baixada Santista. *In: Anais do Congresso Internacional de Direito Ambiental Internacional*, 6, 263-280. <https://www.unisantos.br/wp-content/uploads/2021/10/ANAIS-VI-DIREITO-INTER.pdf>

Santos, M, C. O. & Rosso, S. (2007). Ecological aspects of marine tucuxi dolphins (*Sotalia guianensis*) based on group size and composition in the Cananéia Estuary, Southeastern Brazil. *Lajam*, 6 (1), 71-82. doi: 10.5597/lajam00110.

Scalco, R. F. & Souza, D. E. (2018). Área de Proteção Ambiental Estadual das Águas Vertentes: instrumentos de gestão e potencial turístico. *Caderno Virtual de Turismo*, 18 (3), 22-43. <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.18n3.2018.1278>

Sessions, C.; Wood, S. A.; Rabotyagov, S. & Fisher, D. M. (2016). Measuring recreational visitation at U.S. National Parks with crowd-sourced photographs. *J. Environ Manage*, 183, 703-711. doi: 10.1016/j.jenvman.2016.09.018.

Silva, W. G. M.; Lemos, C. C. & Gomes, L. M. (2021). Diálogos para gestão: diagnóstico da cadeia de operadores do turismo de montanha do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, RJ. *Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação*, 9 (14). [http://www.periodicos.uff.br/uso\\_publico](http://www.periodicos.uff.br/uso_publico)

Sobreira, J. da S. & Vilar, J. W. C. (2018). Gestão de destinos turísticos costeiros: ordenamento territorial do turismo em Coruripe-Alagoas. *Revista Expressão Científica*, Edição Especial Comtur. <https://aplicacoes.ifs.edu.br/periodicos/index.php/REC/article/view/388/316>

Sousa, E. E. & Serafini, T. Z. (2018). Panorama das Unidades de Conservação na zona costeira e marinha do estado de São Paulo. *Desenvolvimento Meio Ambiente*, 44, Edição especial: X Encontro Nacional de Gerenciamento Costeiro, 360-377. doi: 10.5380/dma.v44i0.55115

Souza, P. C. & Martos, H. L. R. (2008). Estudo do uso público e análise ambiental das trilhas em uma unidade de conservação de uso sustentável: Floresta Nacional de Ipanema, Iperó – SP. *Revista Árvore*, 32 (1), 91-100.

<https://www.scielo.br/j/rarv/a/Vmdc6cmry5LrymnhsdYmYSv/?format=pdf&lang=pt>

Stankov, U.; Filimonau, V. & Vujičić, M. D. U. (2020). A mindful shift: an opportunity for mindfulness-driven tourism in a post-pandemic world. *Tourism Geographies*, 22, 703-712.

<https://doi.org/10.1080/14616688.2020.1768432>

Streiner, D. L. (2003). Being inconsistent about consistency: when coefficient alpha does and doesn't matter. *Journal of Personality Assessment*, 80 (3), 217-222. Doi: 10.1207/S15327752JPA8003\_01

Teixeira, R. M. et al. (2022). Análise de Percepção para o Planejamento do Uso Público do REVIS Ilha dos Lobos: Identificando Características do Turismo Local por Meio das Redes Sociais. *BioBrasil*, 12 (3). <https://doi.org/10.37002/biobrasil.v12i3.1980>

Vallejo, L. R. (2013). Uso público em Áreas Protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão. *Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação*, 1 (1).

[http://www.periodicos.uff.br/uso\\_publico](http://www.periodicos.uff.br/uso_publico)

Vázquez, D. G. & Cerdan, L. M. (2018). Lugares de memoria traumática y turismo: paradigmas analíticos y problemáticas. *Revista Investigaciones Turísticas*, 16, 108-126.

<http://dx.doi.org/10.14198/INTURI2018.16.06>

Vieira, A. F.; Lopes, W. G. R. & Araújo, J. L. L. (2019). Indicadores ambientais aplicados ao turismo: um estudo na comunidade de Barra Grande, Cajueiro da Praia (PI). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 12 (2), 274-294.

<https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6726/6886>

Walker, K. & Moscardo, G. (2014). Encouraging sustainability beyond the tourist experience: ecotourism, interpretation and values. *Journal of Sustainable Tourism*, 22 (8), 1175-1196. doi: 10.1080/09669582.2014.918134

Zenker, S. & Kock, F. (2020). The coronavirus pandemic – A critical discussion of a tourism research agenda. *Tourism Management*, 81, 104-164.  
<http://dx.doi.org/10.1016/j.tourman.2020.104164>

**APÊNDICE – A****Questionado destinado aos visitantes da Ilha do Bom Abrigo**

1) Declaro que li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aceito participar desta pesquisa:

- Sim
- Não (encerrar o questionário)

2) Você já visitou a Ilha do Bom Abrigo?

- Sim
- Não (encerrar questionário)

3) Idade:

4) Profissão:

5) Escolaridade:

- Ensino fundamental completo
- Ensino fundamental incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino técnico
- Ensino superior
- Pós-graduação (Lato Sensu ou Stricto Sensu)

6) Local de origem (Cidade/Estado):



13) Quantas vezes você visitou a Ilha do Bom Abrigo?

- 1 vez
- 2 à 3 vezes
- 4 à 5 vezes
- Mais que 6 vezes

14) Qual meio de transporte você costuma utilizar para chegar até a Ilha? É possível selecionar mais de uma opção.

- Embarcação particular
- Serviço náutico contratado

15) Que tipo de embarcação você costuma utilizar em sua visita? É possível selecionar mais de uma opção.

- Voadeira
- Lancha
- Embarcação de pesca
- Jet-ski
- Caiaque/Stand-up
- Veleiro
- Outros:

16) Ponto de partida da embarcação: É possível selecionar mais de uma opção.

- Av. Beira Mar de Cananéia
- Praia do Boqueirão Sul de Ilha Comprida
- Praia do Boqueirão Norte de Ilha Comprida
- Outros:

17) Qual o seu grau de segurança durante a viagem até a Ilha do Bom Abrigo? Na escala abaixo, 1 significa que você não sentiu nenhuma segurança e 5 indica que você sentiu muita segurança durante a viagem

Nenhuma segurança                    Muita segurança  
   1   2   3   4   5

18) Como você avalia a qualidade da orientação dada quanto ao uso de colete salva-vidas durante o tempo do traslado: Na escala abaixo, 1 indica que a orientação dada foi péssima e 5 indica que foi excelente.

Péssima                                                    Excelente  
   1   2   3   4   5

19) Houve alguma explicação/orientação sobre: É possível selecionar mais de uma opção.

- Unidades de conservação
- Ocorrência de animais marinhos
- Patrimônio histórico-cultural
- Infraestrutura na ilha
- Condicionamento e destinação do lixo
- Proibição de fogueiras/churrasco
- Proibição de acampamento
- Proibição de animais domésticos
- Proibição da retirada de conchas, sementes e plantas
- Proibição de pesca
- Áreas de acesso restrito
- Segurança na navegação (ex.: uso de colete, distribuição de pessoas a bordo, outros)
- Condições climáticas e de navegação (ex.: tempestades, ressacas, clima, etc.)
- Cuidados nas trilhas
- Cuidados quanto a prática de natação/mergulho
- Não houve orientação
- Outros:

20) Como você avalia a qualidade da explicação/orientação dada durante o passeio: Na escala abaixo, 1 indica que a qualidade da explicação/orientação foi péssima e 5 indica que foi excelente.

Péssima                   Excelente  
                   1    2    3    4    5

21) Qual o seu interesse em obter informações sobre os seguintes temas durante a visita?

	Nenhum interesse	Pouco interesse	Indiferente	Interessado	Muito interessado
Unidades de Conservação	<input type="checkbox"/>				
Fauna	<input type="checkbox"/>				
Flora	<input type="checkbox"/>				
Patrimônio histórico- cultural	<input type="checkbox"/>				
Regramentos do território	<input type="checkbox"/>				
Cuidados para a prática de atividades (ex.: natação, mergulho, trilhas, etc.)	<input type="checkbox"/>				

22) O que motivou a sua visita? É possível selecionar mais de uma opção.

- Paisagem/natureza
- Observação de fauna
- Patrimônio histórico-cultural
- Pesca
- Praia
- Descanso
- Caminhada
- Esporte
- Natação/Mergulho
- Estudo/Pesquisa
- Outros:

23) Quantas pessoas que te acompanharam durante a(s) visita(s): Caso tenha visitado a Ilha do Bom Abrigo mais de uma vez, com grupos diferentes, considere o número médio de pessoas que te acompanharam

- Estava sozinho
- 1 a 2 pessoas
- 3 a 4 pessoas
- 5 a 6 pessoas
- Mais que 7 pessoas

24) Quanto tempo você permaneceu na Ilha? Caso tenha visitado a Ilha do Bom Abrigo mais de uma vez, considere o tempo médio das visitas.

- Menos de 1 hora
- 1 a 2 horas
- 2 a 3 horas
- 3 a 4 horas
- Mais de 4 horas



30) Quais atividades você realizou durante o passeio? É possível selecionar mais de uma opção.

- Recreação de praia
- Mergulho
- Caminhada
- Passeio embarcado
- Stand-up
- Caiaque
- Outros:

31) Qual foi o valor cobrado pelo passeio por pessoa? Caso tenha visitado a Ilha do Bom Abrigo mais de uma vez, considere o valor médio.

- Até R\$30,00
- R\$ 31,00 a 50,00
- R\$ 51,00 a R\$100,00
- R\$ 101,00 a R\$200,00
- Mais que R\$ 200,00

32) Considera o valor cobrado: Na escala abaixo, 1 indica que você considera o valor cobrado péssimo e 5 excelente.

Péssimo                        Excelente  
                  1    2    3    4    5

33) Qual valor por pessoa você considera justo para a realização do passeio até a Ilha do Bom Abrigo?

34) Que estruturas você utilizou? É possível selecionar mais de uma opção.

- Churrasqueira
- Fogueira
- Equipamento de som
- Cadeira de praia
- Guarda sol
- Barraca
- Não utilizei estruturas
- Outros:

35) Você levou alimento para o passeio?

- Sim
- Não (Pular para a pergunta 37)

36) Quais alimentos você levou para o passeio?

37) Você viu algum animal na Ilha do Bom Abrigo?

- Sim
- Não (Pular para a pergunta 39)

38) Qual(is) animal(is) você viu na Ilha do Bom Abrigo?

39) Na sua opinião, quais são os pontos negativos sobre o local? É possível selecionar mais de uma opção.

- Falta de segurança
- Excesso de lixo
- Dificuldade de acesso
- Ausência de quiosques/alimentação
- Ausência de banheiros
- Outros:

40) Na sua opinião, quais são os pontos positivos sobre o local? É possível selecionar mais de uma opção.

- Facilidade de acesso
- Beleza cênica (paisagem)
- Observação da fauna
- Segurança
- Tranquilidade
- Outros:

41) Quais as impressões que você teve sobre a conservação ambiental do local? Na escala abaixo, 1 indica que você teve uma péssima impressão e 5 uma excelente impressão.

Péssima                    Excelente  
                   1    2    3    4    5

42) Você concorda com a necessidade de haver uma regulamentação/fiscalização do uso turístico do local? Na escala abaixo, 1 significa que você discorda totalmente e 5 indica que concorda totalmente.

Discordo totalmente                    Concordo totalmente  
                                   1    2    3    4    5

43) Você concorda com a possibilidade de haver um controle/limite no número de visitantes? Na escala abaixo, 1 significa que você discorda totalmente e 5 indica que concorda totalmente.

Discordo totalmente                    Concordo totalmente  
                                   1    2    3    4    5

44) Na sua opinião, qual é a quantidade ideal de pessoas ao mesmo tempo na área da praia:

- Menos de 30 pessoas
- 30 a 60 pessoas
- 61 a 90 pessoas
- 91 a 120 pessoas
- 121 a 150 pessoas
- Mais de 150 pessoas

45) Você retornaria para a Ilha do Bom Abrigo: Na escala abaixo, 1 indica que você discorda totalmente da afirmação acima e 5 indica que concorda totalmente.

Discordo totalmente                    Concordo totalmente  
   1    2    3    4    5

46) Indicaria este passeio para outras pessoas: Na escala abaixo, 1 indica que você discorda totalmente da afirmação acima e 5 indica que concorda totalmente.

Discordo totalmente                    Concordo totalmente  
   1    2    3    4    5

47) Insira outros comentários que julgue pertinente para esta pesquisa:

**APÊNDICE – B****Questionário destinado aos operadores de turismo da Ilha do Bom Abrigo**

1) Declaro que li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aceito participar desta pesquisa:

- Sim
- Não (encerrar a entrevista)

2) Você conhece ou já visitou a Ilha do Bom Abrigo?

- Sim
- Não (encerrar a entrevista)

3) Idade:

4) Escolaridade:

- Ensino fundamental completo
- Ensino fundamental incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino técnico
- Ensino superior

5) Local de origem (Cidade/Estado):

6) Você possui embarcação própria:

- Sim
- Não (pular para a pergunta 8)

7) Quantas embarcações você possui?



14) Você sabe a diferença entre uma Unidade de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável?

- Sim
- Não (pular para a pergunta 16)

15) Explique em poucas palavras o que você conhece sobre Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável?

16) Você sabia que a Ilha do Bom Abrigo está inserida no território de duas Unidades de Conservação?

- Sim
- Não (pular para a pergunta 18)

17) No território de quais Unidades de Conservação a Ilha do Bom Abrigo está inserida?

18) Quais atividades você realiza na Ilha do Bom Abrigo? É possível selecionar mais de uma opção.

- Abrigo para intempéries (ex.: tempestades, ventos fortes, ressacas, etc.)
- Pesca profissional
- Guia de Pesca amadora
- Turismo náutico
- Guia de trilhas
- Lazer/recreação
- Outros:

19) Você já desembarcou na Ilha do Bom Abrigo?

- Sim
- Não



22) Na sua opinião, quais pontos negativos sobre o local? É possível selecionar mais de uma opção.

- Falta de segurança
- Excesso de lixo
- Dificuldade de acesso
- Ausência de quiosques/alimentação
- Ausência de banheiros
- Outro:

23) Na sua opinião, quais pontos positivos sobre o local? É possível selecionar mais de uma opção.

- Facilidade de acesso
- Beleza cênica (paisagem)
- Observação da fauna
- Segurança
- Tranquilidade
- Outro:

24) Você viu algum animal na Ilha do Bom Abrigo?

- Sim
- Não (pular para a pergunta 26)

25) Qual(is) animal(is) você viu na Ilha do Bom Abrigo?

26) Quais as impressões que você teve sobre a conservação ambiental do local? Na escala abaixo, 1 indica que você teve uma péssima impressão e 5 uma excelente impressão.

Péssima                        Excelente  
                 1    2    3    4    5

27) Como considera a condição da Ilha quanto à presença de lixo? Na escala abaixo, 1 indica nenhuma presença de lixo e 5 a presença excessiva de lixo.

Nenhum                Excessivo  
                 1    2    3    4    5

28) Com qual frequência você leva turistas para a Ilha do Bom Abrigo? Na escala abaixo, 1 indica que você nunca levou turistas e 5 indica que você leva turistas com muita frequência.

Nunca                Muito frequente  
                 1    2    3    4    5

29) Qual é o valor cobrado pelo passeio por pessoa?

- Até R\$30,00
- R\$ 31,00 a R\$50,00
- R\$ 51,00 a R\$100,00
- R\$ 101,00 a R\$200,00
- Outro:

30) Na sua opinião, quais as principais motivações dos turistas para a visitar a Ilha do Bom Abrigo? É possível selecionar mais de uma opção.

- Paisagem/natureza
- Observação de fauna
- Patrimônio histórico-cultural
- Praia
- Pesca
- Descanso
- Caminhada
- Natação/Mergulho
- Esporte
- Estudo/Pesquisa
- Outro:

31) Na sua opinião, quais locais são mais visitados pelos turistas? É possível selecionar mais de uma opção.

- Praia
- Farol
- Trilhas no entrono do Farol
- Estação Baleeira
- Pontos de mergulho
- Costão rochoso
- Ilhote do Bom Abrigo
- Entorno da Ilha
- Outro:

32) De acordo com os períodos indicados, você costuma realizar passeios para a Ilha do Bom Abrigo com grupos de quantas pessoas?

	1 a 3	4 a 8	9 a 13	14 a 18
	peessoas	peessoas	peessoas	peessoas
Baixa temporada (abri. a set.)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alta temporada (out. a mar)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Finais de semana e feriados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

33) Na sua opinião, qual é a quantidade ideal de pessoas ao mesmo tempo na área da praia:

- Menos de 30 pessoas
- 30 a 60 pessoas
- 61 a 90 pessoas
- 91 a 120 pessoas
- 121 a 150 pessoas
- Mais de 150 pessoas

34) Na sua opinião, quantas embarcações seriam ideais para dicarem nas imediações da Ilha?

35) De acordo com os períodos, indique a média de viagens que você realiza por dia até a Ilha do Bom Abrigo?

	1 viagem/dia	2 a 3 viagens/dia	4 a 5 viagens/dia	6 a 7 viagens/dia	Mais de 8 viagens/dia
Baixa temporada (abri. a set.)	<input type="checkbox"/>				
Alta temporada (out. a mar)	<input type="checkbox"/>				
Finais de semana e feriados	<input type="checkbox"/>				

36) Você acompanha o grupo nas atividades desenvolvidas durante o período de visitaçãoo??

- Sim  
 Não (pular para a pergunta 38)

37) Quais atividades você desenvolve com o grupo?

38) Quais atividades você realiza enquanto aguarda o grupo?

39) Você oferece passeios para a Ilha do Bom Abrigo com o acompanhamento de guia/condutor/monitor ambiental?

- Sim  
 Não

40) As condições adversas de navegação na Barra de Cananéia influenciam o período de visitaçãoo na Ilha do Bom Abrigo?

- Sim  
 Não

41) Quantas horas de permanência na Ilha você considera ideal sem problemas com intempéries (ex.: tempestades, ventos fortes, ressacas etc.)? Digite o período em horas. Por exemplo: das 8:00 às 16:00

42) Com qual frequência você costuma orientar os turistas sobre as seguintes temáticas:

	Nunca	Pouco frequente	Ocasionalmente	Frequente	Muito frequente
Unidades de Conservação	<input type="checkbox"/>				
Ocorrência de animais marinhos	<input type="checkbox"/>				
Patrimônio histórico-cultural	<input type="checkbox"/>				
Infraestrutura na ilha	<input type="checkbox"/>				
Condicionamento e destinação do lixo	<input type="checkbox"/>				
Proibição de fogueiras/churrasco	<input type="checkbox"/>				
Proibição de acampamentos	<input type="checkbox"/>				
Proibição de animais domésticos	<input type="checkbox"/>				
Proibição da retirada de conchas, sementes e plantas	<input type="checkbox"/>				
Proibição de pesca	<input type="checkbox"/>				
Áreas de acesso restrito	<input type="checkbox"/>				
Segurança na navegação (ex.: uso de colete, distribuição de pessoas a bordo, outros)	<input type="checkbox"/>				
Condições climáticas e de navegação (ex.:	<input type="checkbox"/>				



48) Você concorda com a possibilidade de haver um controle/limite no número de visitantes? Na escala abaixo, 1 significa que discorda totalmente e 5 indica que concorda totalmente.

Discordo totalmente                    Concordo totalmente  
   1    2    3    4    5

49) Qual destino você dá ao lixo que produz em suas pescarias ou passeios até a Ilha do Bom Abrigo? É possível selecionar mais de uma opção.

- Mar
- Na própria Ilha
- Retorno com o lixo para Cananéia
- Destino para a reciclagem
- Fica sob responsabilidade do turista
- Outro:

50) Qual(is) ação(es) sugere para a melhoria do turismo náutico na Ilha do Bom Abrigo?

51) Insira outros comentários que julgue pertinente para esta pesquisa:

## ANEXO – A

### Listagem das mídias de divulgação dos questionários

#### Grupos e páginas do *Facebook*:

- Amigos da Ilha Comprida.
- AMOANCA
- BONS NEGÓCIOS CANANÉIA
- Cananéia – Cidade Ilustre do Brasil
- Cananéia – Classificados
- CANANÉIA BONS NEGÓCIOS, COMPRAS VENDAS, TROCAS E PARCERIAS ETC....
- Cananéia Negócio Certo
- Cananéia Ótimos Negócios! Compras, Vendas e Trocas
- CANANÉIA, COMPRA VENDA E TROCA
- Cantos & Encantos da Ilha de Cananéia
- Caronas Cananéia
- Caronas Vale do Ribeira
- Casas para temporada e finais de semana na praia
- CASAS, VENDA E ALUGUEL EM IGUAPE, ILHA COMPRIDA E REGIÃO
- CLASSIFICADOS NOTÍCIAS CANANÉIA
- Classificados: Ilha Comprida
- Classificados: Ilha Comprida, Iguape e região
- Clube de Desbravadores Bom Abrigo
- Compras e vendas troca iguape e ilha comprida
- Condema Cananéia
- CWG turismo receptivo passeios...
- Desapega Cananéia, Miracatu, Pariquera, Jacupiranga
- DESAPEGA IGUAPE ILHA COMPRIDA E REGIÃO
- Ecossistemas Costeiros e Marinheiros
- ESB agência de turismo Cananéia

- FEIRA DO ROLO – ILHA COMPRIDA
- Feira do rolo icapara – Juréia-Iguape-Ilha comprida
- Hotel Marazul – Cananéia.SP
- Iguape
- IGUAPE BONS NEGOCIOS, COMPRAS, VENDAS...
- Ilha Comprida
- ILHA COMPRIDA ANUNCIOS
- Ilha do Cardoso
- Imóveis em ilha comprida, praia litoral sul
- Juréia/Barra do Ribeira – Iguape – SP
- Litoral Norte e Sul (só temporada)
- Manguezal turismo
- Manguezal turismo Cananéia
- MERCADÃO CANANÉIA
- Morando na praia, Ilha Comprida!!!
- Nany Turismo e Educação Ambiental
- NEGOCIE AQUI – IGUAPE -SP
- Noticias da região do Vale do Ribeira
- Olx Iguape
- Onde estão as Baleias e Golfinhos?
- Pousada Bom Abrigo – Ilha Comprida
- Prefeitura Municipal Estância de Cananéia
- Rolê de Trilhas e Cachoeiras
- Só desapego ilha comprida.iguape
- TEMPORADA TURISMO EVENTO EM ILHA COMPRIDA BOQUEIRÃO SUL  
LITORAL SUL SP
- Transmar Classificados Cananéia
- TRIBUNA DE IGUAPE
- Turismo Cananéia
- Turismo no Vale do Ribeira SP

- VALE DO RIBEIRA – ANUNCIE AQUI SEU PONTO
- VENDAS E TROCAS IGUAPE E REGIÃO
- Vendas Icapara
- VENDAS IGUAPE (Pouco do Barato)
- Vitória Gabriela Turismo

**Grupos de WhatsApp:**

- Amigos do PEP
- Cananéia bons negócios
- Conexão Vertente Litorânea Avisos
- Conselho gestor APACIP
- Conselho gestor APAMLS
- CT Pesca APAMLS
- EXPO AMBIENTE
- GT Educação Ambiental CONDEMA Cananéia

**Páginas no Instagram:**

- Amigosapamls
- Aririturnautico
- Cananéia Explorer
- Cananéia pesca esportiva
- Cananéia\_xtreme
- Cantinho do Garoçá
- Eu amo Cananéia
- Fabinho\_Cananéia\_pesca
- Marquinhos\_guia\_pesca
- Pesca.Cananéia

**YouTube:** PPGSGA - UFSCar Sorocaba

(<https://www.youtube.com/watch?v=iyDWu4dQLVA>).

**Site:** Prefeitura de Cananéia (<https://Cananéia.sp.gov.br/turismo/noticias/pesquisa-estudo-da-capacidade-de-carga-da-praia-da-ilha-do-bom-abrigo-litoral-sul-do-estado-de-sao-paulo>)